



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO PROF. JACY DE ASSIS



CRISTIANO GOMES DE BRITO

MEMORIAL DESCRITIVO

UBERLÂNDIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B862m Brito, Cristiano Gomes de, 1975-
2025 Memorial Descritivo [recurso eletrônico] / Cristiano Gomes de Brito.
- 2025.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) -
Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Direito.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5046>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de
Uberlândia. Faculdade de Direito. II. Título.

CDU: 378.124

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

Um homem pode ser destruído, mas não derrotado.

Ernest Hemingway

DEDICATÓRIA

À minha pequena Giovana de Brito, que transformou meu mundo e me deu novos propósitos de vida!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Miguel Brito e Madalena Batista, que não mediram esforços para que seus filhos nunca desistissem de buscar o conhecimento, disponibilizando, com muito sacrifício, o acesso aos estudos desde o primário até os cursos superiores.

À minha amada Cecília, por quem meus olhos brilham todas as manhãs, que compreendeu os momentos de ausência decorrentes das aulas e pesquisas. Obrigado pelo apoio, dedicação e lealdade, em especial nos momentos difíceis que a vida nos sujeita.

RESUMO

O presente Memorial Descritivo tem por objetivo apresentar a trajetória do Professor Doutor Cristiano Gomes de Brito dentre as frentes de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, a fim de cumprir o respectivo requisito para a promoção da classe de Professor Associado IV para a classe de Professor Titular da carreira de magistério superior, nos termos da Resolução nº 03/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Ao longo de sua trajetória acadêmica ministrou aulas de graduação e pós-graduação e diversas disciplinas em Instituições Ensino Superior (IES); está vinculado atualmente à UFU, lotado na tradicional Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis (FADIR), desde janeiro de 2009, sendo este o interregno para apreciação do presente memorial descritivo. Demonstrar-se-á que atuou como pesquisador na área do direito civil, empresarial e processual civil, publicando livros e diversos artigos científicos. Comprovar-se-á suas atividades de pesquisa e extensão realizadas na FADIR. Comprovar-se-á, por fim, o cumprimento das exigências legais para a promoção a Professor Titular da UFU.

O solicitante é Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (1999), Especialista em Direito Processual Civil (2000) pela UFU e Mestre e Doutor em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2002 e 2004). Desempenha desde janeiro de 2009 a função de professor do magistério superior em cargo efetivo na UFU.

É pesquisador na área de direito empresarial, contratual e processual civil, com livros e artigos científicos publicados. Concomitantemente, é advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/MG sob n. 78.646, desde 1999.

Sumário

Introdução	2
1 Trajetória Acadêmica.....	6
1.1 Graduação	6
1.2 Especialização	7
1.3 Mestrado	8
1.4 Doutorado.....	11
2. A Docência.....	14
2.1 Atividades de Ensino em Instituições de Ensino Superior	14
2.1.1 Atividades de Ensino em Instituições Privadas de Ensino Superior.....	14
2.1.2 Atividades de Ensino na Universidade Federal de Uberlândia.....	16
2.2 Atividade de Orientação.....	24
Dissertação de Mestrado	24
Monografia de Conclusão de Curso de Especialização.....	24
2.3 Atividade de Pesquisa	36
2.4 Atividade de Extensão.....	38
2.5 Atividade de Gestão Acadêmica	40
3 Participação em Bancas	42
3.1 Participação em Bancas de Mestrado	42
3.2 Participação em Bancas de Especialização.....	45
3.3 Participação em Bancas de Graduação	48
4 Produções Científicas	64
5 Organização e Participação em Eventos Acadêmicos.....	80
6 Atuação como Parecerista	82
7 Aspectos Sociais e Disciplinares	83
8 Nota Conclusivas.....	86

Introdução

A sala de aula sempre esteve presente minha vida pessoal e profissional. Iniciei os estudos no ensino fundamental em Brasília/DF, na rede pública.

Desde meu ingresso como aluno primário no Centro de Ensino de 1º Grau 05 do Guará II, em Brasília/DF, na 1ª série, turma C, turno matutino, n. 4, no ano de 1981, até os dias atuais, em nenhum momento deixei de estar vinculado a uma escola, faculdade ou instituição de ensino, seja como aluno ou professor.



Permaneci estudando em Brasília até o ano de 1989 e, no ano seguinte, por motivos familiares, mudei-me para a cidade de Uberlândia/MG, terra natal de meu pai. Cursei, então, meu ensino médio na tradicional Escola Estadual José Inácio de Souza, em Uberlândia/MG, até 1991. Isto porque, em face de uma greve dos docentes estaduais no ano de 1991, com 86 dias de paralisação, com grave risco de perder o ano letivo, e com o sacrifício financeiro da família, passei a estudar em uma escola particular até a conclusão do 2º grau em 1993.

No serviço militar obrigatório, iniciado em janeiro de 1994, a formação educacional esteve intensamente presente, vez que fui admitido no Núcleo de Preparação de Oficial da Reserva (NPOR), no 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, atual 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado. Os NPORs são estabelecimentos de ensino de formação da linha do ensino militar bélico, diretamente subordinados à Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil), destinados a formar o aspirante a oficial da reserva de 2ª classe, habilitando-o a ingressar no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) e a contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar na área de sua competência.



Ao final do curso, fui aprovado com menção MB, tornando-me Aspirante à Oficial em dezembro de 1994. Em seguida, fui promovido a Segundo-Tenente da Segunda Classe da Reserva da Arma de Infantaria, conforme Carta Patente 18/95 (11ª Região Militar), nos termos da Portaria n. 25-S/3 do Departamento Geral do Pessoal – DGP e da Diretoria de Promoção-DPROM, de 20 de dezembro de 1995.

Em 1995, ingressei no curso de Direito na Faculdades Integradas do Triângulo (FIT), influenciado e motivado por meu pai, que me mostrou a grandeza e a relevância do Direito, entendendo que eu tinha o perfil para a área jurídica. Iniciei o curso com entusiasmo, dedicação e com propósitos traçados por mim, com intensa participação em aulas, estudos e atividades acadêmicas,

além da realização pesquisas e estágios desde o primeiro ano da faculdade, como na Secretaria da 1ª Vara Criminal, no juízo da 7ª Vara Cível, na Procuradoria da Fazenda Pública de Minas Gerais e no Juízo da 1ª Vara Federal, todos na cidade de Uberlândia. Após 5 longos anos de dedicação e estudos, em que pude acumular conhecimento teórico e prático, concluí a graduação em Direito em dezembro de 1999. Interessante destacar que não havia, à época da colação, obrigatoriedade de elaboração de monografia de final de curso, exigência que passou a vigorar a partir da Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.

Em março de 2000, obtive habilitação no Exame de Ordem realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Minas Gerais, sendo definitivamente inscrito sob o n. 78.646, assim passei a exercer profissionalmente a advocacia. A advocacia me permitiu colocar em prática os valores e princípios forjados na Faculdade de Direito, buscando aprimorar o senso de justiça, bem como desenvolver as relações interpessoais assertivamente, agindo sempre com lealdade, probidade e ética.



A advocacia me permitiu, ainda, elevar minha capacidade de comunicação, em face da realização de audiências, sustentações orais, reuniões, dentre outras atividades, aperfeiçoando, ainda, o raciocínio lógico e jurídico. Aprimorei também a inteligência emocional, inseridas neste contexto autoconsciência, motivação e empatia, potencializando a capacidade de julgamento e tomada de decisões. A advocacia ainda me permitiu o aprimoramento e a proficiência tecnológica, em face da evolução do meio jurídico e social.

O exercício da advocacia tornou-me um docente experiente na lide, possibilitando transferir aos discentes a experiência e a vivência dos “corredores forenses”, a vivência e a prática processual civil, bem como na elaboração das estratégias processuais e nos relacionamentos interpessoais com os colegas advogados e autoridades judiciais.

Após a conclusão da graduação, em abril de 2000, iniciei a Especialização em Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFU, concluindo em março de 2001, pesquisando sobre a execução da multa cominatória no processo civil.

Em 2001, fui aprovado e ingressei no programa de Mestrado em direito empresarial da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisando sobre *factoring*, duplicata e endosso, sob a orientação do professor doutor Osmar Brina Corrêa Lima, defendendo o tema “Os Efeitos do Endosso na Duplicata no Contrato de *Factoring*” em dezembro de 2002.

No ano de 2003, fui aprovado no programa de Doutorado na UFMG, também sob a orientação do professor doutor Osmar Brina Corrêa Lima, defendendo a tese “A Oposição à Cessão de Quotas na Sociedade Limitada”, em outubro de 2006.

Não obstante o início do exercício da advocacia e a realização da especialização e mestrado, me senti motivado a ingressar no meio acadêmico como professor, uma vez que estava me dedicando à pesquisa e sentia a vocação na docência.

Logo após o término da especialização, em 2002, iniciei a carreira como professor junto ao Centro Universitário do Triângulo e, posteriormente, nas Faculdades Politécnica, Uniminas, Uniube e Unipac. Em 2009, fui aprovado para o cargo de professor efetivo na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vinculado à Faculdade de Direito (FADIR), onde permaneço até os dias atuais.

1 Trajetória Acadêmica

1.1 Graduação

Após o período do serviço militar, inspirando na trajetória de vida de meu pai, formado em Direito, ingressei em 1995 no curso de Direito, na antiga FIT.

Durante o curso, não obstante a intensa carga horária acadêmica de um curso anual, procurei sempre atrelar o aprendizado em sala de aula com a realidade jurídica e social do país.

Já no primeiro semestre de faculdade, tive a oportunidade de estagiar na Secretaria da 1ª Vara Criminal de Uberlândia, onde tive o “choque” de realidade do verdadeiro sistema judiciário brasileiro.

No ano seguinte, fui estagiar no gabinete da 7ª Vara Cível, momento em que pude começar a aplicar, na prática, os aprendizados em sala, ficando por 2 anos convivendo com audiências, sentenças, etc., sob a orientação do magistrado Celso de Souza Queiroz Jr.

Em seguida, logrei êxito no concurso para ser estagiário na Procuradoria da Fazenda Estadual de Minas Gerais, em que tive oportunidade de entender o “manicômio” do sistema tributário nacional, bem como aplicar os preceitos processuais nas execuções fiscais.

Também mediante concurso, ingressei no estágio na Justiça Federal de Uberlândia, diretamente no gabinete do magistrado Lincoln Rodrigues de Faria, onde tive a oportunidade de expandir os conceitos do processo e das relações entre Estado e cidadão.

Ao longo do curso, contribuí na organização de eventos acadêmicos, com palestras relevantes, p.ex., a do professor Damásio de Jesus, bem como participei ativamente do escritório de prática jurídica, onde obtive minha carteira de estagiário da OAB, bem como o atual número de inscrição. Desta feita, formei-me em Direito em dezembro de 1999.



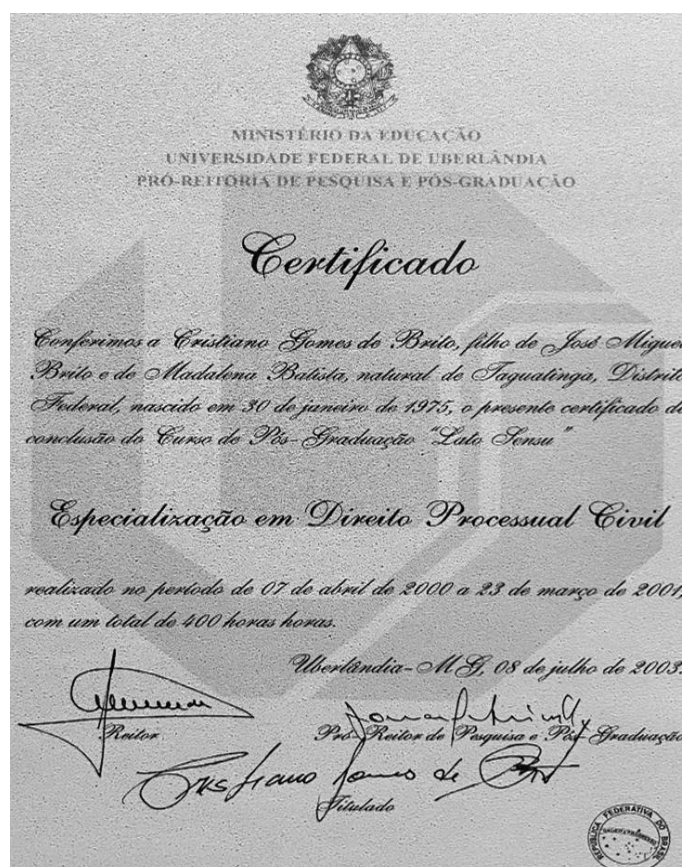
Ao longo dos 5 anos de faculdade, realizei estágios nos mais distintos órgãos públicos e privados, o que contribuiu fortemente para solidificar o aprendizado acadêmico e teórico do curso, evidenciando a necessidade de o Direito estar em sintonia com realidade social, econômica e política do país. A graduação ainda me mostrou a relevância e a influência do docente na formação do discente, o que veio futuramente a ser um balizador de minha conduta em sala como professor.

1.2 Especialização

Como referência nos cursos de especialização em Direito na cidade de Uberlândia e região, a FADIR da UFU promovia todos os anos especializações *lato sensu* em vários ramos tais como o Direito Processual Civil, que buscava manter viva a centelha da escola de processualistas do Triângulo Mineiro.

Fui admitido no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. Ao longo do ano de 2000, o universo acadêmico se expandiu, e a turma à qual pertencia teve a oportunidade de aprofundar os temas de processo civil com professores da própria FADIR, UFMG, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Universidade de São Paulo (USP), dentre outras, o que permitiu maior oxigenação da percepção e aprofundamento da ciência jurídica, afiando o senso crítico.

Como objeto de pesquisa e tema de conclusão de curso, propus investigar a execução da multa cominatória no processo civil, vez que não se encontravam decantados na doutrina sua natureza, momento de execução e forma. Esta dissertação esteve sob a orientação do professor Ronaldo Bretas C. Dias e, como consequência deste trabalho, foi publicado posteriormente o artigo “A Multa Cominatória no Processo Civil”, na Revista *Mens Juris* (Uberlândia), v. 3, p. 381-399, em 2006.



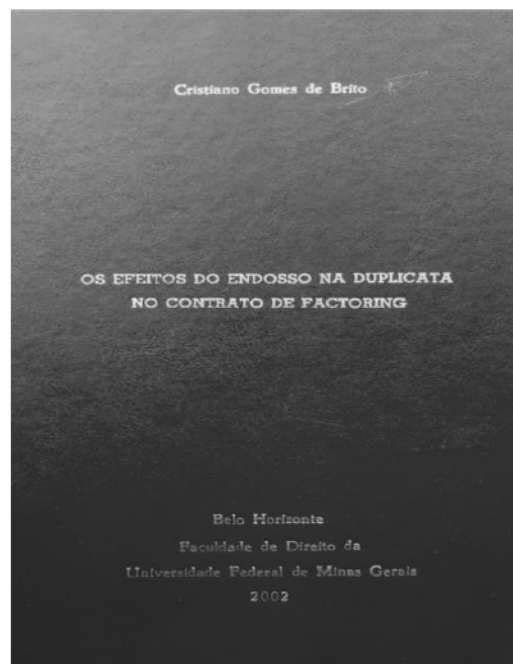
1.3 Mestrado

Inspirado e entusiasmado com a pesquisa acadêmica, resolvi expandir ainda mais a visão jurídica científica e, com novos ares, fui para a Casa de Afonso Pena, na tradicional Faculdade de Direito da UFMG, em 2002, sob a orientação do professor Osmar Brina Correa Lima, pesquisar sobre endosso, duplicata e contrato de *factoring*, buscando investigar esta área do Direito Empresarial ainda incipiente e sem previsão legal.

Ao longo do curso, não obstante as dificuldades pessoais, profissionais e financeiras, já que morava em Uberlândia, cursava o mestrado em Belo Horizonte (viajava toda semana para Belo Horizonte), advogava durante o dia e ministrava aulas à noite, tive contato com excelentes professores e disciplinas importantes na minha formação profissional e acadêmica, cumprindo devidamente os créditos. Como fruto da pesquisa acadêmica realizada nas disciplinas cursadas, foram publicados os seguintes artigos:

1. ***O Processo de Solução de Controvérsias na OMC***, publicado na Revista *Mens Juris*, v. 1, p. 157-174, 2004;
2. ***O Direito de Regresso no Contrato de Factoring***, publicado na Revista Estudos (Goiânia), v. 35, p. 527-550, 2008;
3. ***O Regresso no Contrato de Fomento Mercantil***, publicado na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 148, p. 45-58, 2007;
4. ***Análise Econômica do Factoring no Âmbito das Pequenas e Médias Empresas***, publicado na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 124, p. 174-182, 2001;
5. ***Dissolução Parcial de Sociedade Anônima***, publicado na Revista de Direito Privado (São Paulo), v. 7, p. 18-33, 2001; na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 123, p. 147-159, 2001; e na Revista da Faculdade de Direito Milton Campos, v. 09, p. 51-57, 2002.

A dissertação de mestrado, defendida em 18 de dezembro de 2002, teve como tema “Os Efeitos do Endosso na Duplicata no Contrato de *Factoring*”, e foi aprovada por unanimidade com nota integral pelos membros da banca, composta pelo professor orientador e pelos professores doutores Aroldo Plínio Gonçalves, Moema Augusta Soares de Castro e José Marcos Rodrigues Vieira.



No trabalho, foi defendido que o contrato de *factoring* é compatível com a duplicata, não obstante a aparente restrição que, *prima facie*, decorre da interpretação da Lei 5.474/68, da Lei Uniforme de Genebra e dos princípios norteadores do contrato de *factoring*.

Defendeu-se, ainda, a possibilidade da cessão da duplicata no contrato de *factoring*, sem que isso implique qualquer responsabilidade para o faturizado, pois este poderá opor ao faturizador as exceções pessoais decorrentes do contrato e, quando da circulação do título, emití-la com cláusula “não à ordem”, bem como vinculá-la ao contrato de *factoring*.



1.4 Doutorado

Com o escopo de aprofundar a pesquisa científica, bem como ampliar a capacidade acadêmica e pessoal, participei do programa de doutoramento em Direito Empresarial na UFMG, cumprindo os créditos no ano de 2005, com a defesa da tese em 30 de outubro de 2006, sob a orientação do professor doutor Osmar Brina Correia Lima.

Durante a realização dos créditos, foram realizadas pesquisas que resultaram na publicação dos seguintes trabalhos científicos:

1. ***Regime de Administração Especial Temporária RAET***, publicado na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 133, p. 153-157, 2004;
2. ***Ação Cautelar de Afastamento de Administrador de Sociedade Limitada***, publicado na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 150, p. 131-143, 2008;
3. ***Vinculação Cambiária***, publicado na Revista de Direito Empresarial, v. 8, p. 189-209, 2007;
4. ***Affectio Societatis - Sociedade Anônima Fechada***, publicado na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 147, p. 265-272, 2007.

A tese de doutoramento teve como tema “*A Oposição à Cessão de Quotas na Sociedade Limitada*”, aprovada por unanimidade e com nota máxima pelos membros da banca, composta pelo professor orientador e pelos professores doutores Márcia Carla Pereira Ribeiro, José Gabriel Lope Pires Assis de Almeida, Moema Augusta Soares de Castro e José Marcos Rodrigues Vieira.

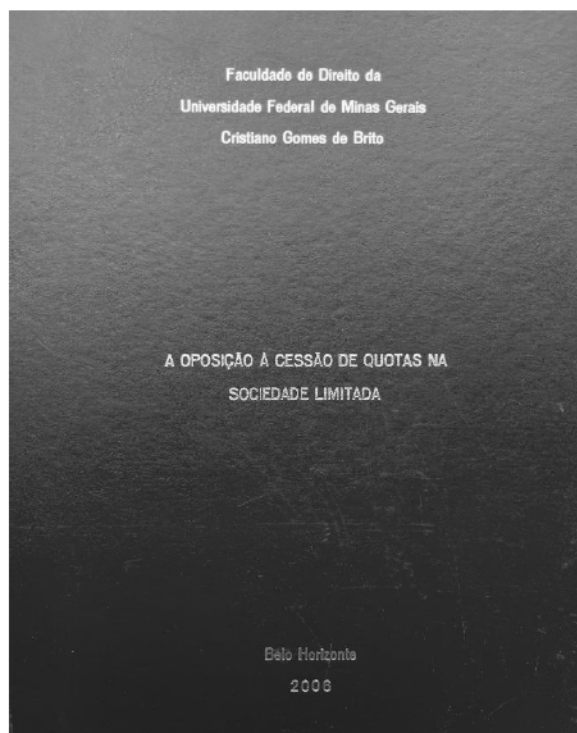


Defesa de tese de Doutorado na Faculdade de Direito da UFMG. Na foto os professores Doutores Osmar Brina Corrêa Lima, Márcia Carla Pereira Ribeiro e Moema Augusta Soares de Castro (Arquivo pessoal).



Defesa de tese de Doutorado na Faculdade de Direito da UFMG. Na foto os professores Doutores José Marcos Rodrigues Vieira., José Gabriel Lope Pires Assis de Almeida, Márcia Carla Pereira Ribeiro, Moema Augusta Soares de Castro e Osmar Brina Correia Lima (Arquivo pessoal).

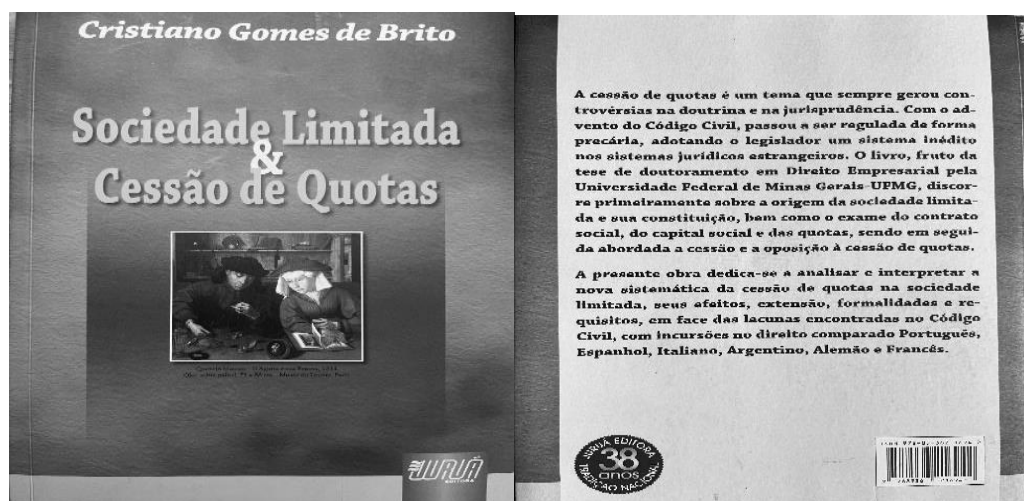
Na tese, defendeu-se que a oposição à cessão de quota na sociedade limitada é o meio pelo qual os sócios protegem a entrada de estranhos na sociedade, preservando a *affectio societatis*, exercida como um direito potestativo, em que o sócio opositor tem o poder de opor a cessão das quotas, influenciando na esfera jurídica do sócio cedente e do candidato a sócio, sem que estes possam fazer algo, se não, a se sujeitarem.



Defendeu-se que, por ser um direito potestativo, não poderá o poder judiciário apreciar os motivos determinantes da oposição. Demonstrou-se que, exercida a oposição à cessão, seus efeitos são de impedir a cessão das quotas, não invalidando o instrumento celebrado entre cedente e cessionário. Defendeu-se, ainda, que não produzirá efeitos jurídicos perante a sociedade, e como não lhe acarretará nulidade, sua eficácia deverá ser aferida *inter pars*, por meio das cláusulas contratuais: ou contrato com cláusula resolutiva, desfazendo-se o negócio jurídico; ou manutenção do contrato, constituindo-se a sociedade de sociedade.



Fruto da tese defendida, foi publicado o livro “Sociedade Limitada & Cessão de Quotas”, pela editora Juruá, Curitiba, no ano 2007, com 172 páginas.



2. A Docência

Para fins de memorial descritivo, para a promoção a Professor Titular pela UFU, mister se faz bifurcar as atividades acadêmicas, notadamente as atividades de ensino, em duas vertentes: a primeira, iniciada em 2002, quando ingresso no magistério superior em instituição de ensino privada; e a segunda, a partir de 2009, quando ingresso, por concurso público, como professor efetivo da UFU/FADIR. Isto porque torna-se indissociável a influência desse período pretérito em instituição particulares de ensino superior na formação e aprimoramento da carreira junto à UFU/FADIR; afinal, foram mais de 7 anos lecionando e pesquisando em faculdades particulares.

2.1 Atividades de Ensino em Instituições de Ensino Superior

2.1.1 Atividades de Ensino em Instituições Privadas de Ensino Superior

Ao logo da trajetória acadêmica, procurei participar ativamente no exercício da docência, atuando em vários níveis acadêmicos, como graduação, especialização e mestrado, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Após o término da especialização em Direito Processual Civil, e prestes a finalizar o Mestrado em Direito Comercial na UFMG, iniciei as atividades de docente, nível superior, em 19 de agosto de 2002, na Unitri, no regime celetista, lecionando na graduação as disciplinas de Direito Comercial I e II e Direito Processual Civil I, II e IV.

O formulário é um documento de registro de trabalho com o CNPJ 128.638.303/0012-35. O empregador é a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, localizada na Rua Rafael Marino Neto, nº 600, no bairro B. Jardim Karaíba, CEP 38402-310, em Uberlândia, MG. O estabelecimento é de Ensino Superior. O cargo do trabalhador é Professor. A data de admissão é 19 de agosto de 2002. O registro nº é 1281. A remuneração especificada é de R\$ 1281,00 por mês, mais 20% extra classe por hora aula. A data de saída é 11 de março de 2003.

Empregador	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CGC/MF	RUA RAFAEL MARINO NETO Nº 600
Rua	B. JARDIM KARAÍBA - CEP 38402-310
Município	UBERLÂNDIA - MG
Esp. do estabelecimento	Ensino Superior
Cargo	Professor
Data admissão	19 de agosto de 2002
Registro nº	1281
Remuneração especificada	R\$ 1281,00 por mês e 20% extra classe por hora aula
Data saída	11 de março de 2003

Em fevereiro de 2003, passei a ministrar aulas na Faculdade Politécnica de Uberlândia, atual Faculdade UNA, sob o regime de trabalho celetista, inicialmente nos cursos de Administração de Empresas e Contabilidade e, posteriormente, no curso de Direito, ministrando disciplinas de Direito de Empresa I e II, Direito Comercial e Societário, Direito e Legislação e Direito e Legislação de Comércio Internacional.

Em março de 2004, comecei a ministrar aulas na União Educacional de Minas Gerais (Uniminas), atualmente Faculdade Pitágoras, nas áreas de Direito Civil e Empresarial, tendo ainda a oportunidade de coordenar o Curso de Especialização em Direito Empresarial nos anos de 2008 e 2009. Ao longo dessa trajetória, foram ministradas, na graduação, as disciplinas de Direito das Relações Contratuais, Direito de Empresa, Direito Comercial I, Responsabilidade Civil, Contratos Internacionais, Direito Civil III, Contratos, Direito Comercial II, Títulos de Crédito, Direito Ambiental, Direito da Concorrência, Direito Societário I e II, Processo Tributário e Direito Aplicado ao Agronegócio.

Em março de 2008, fui contratado para lecionar na Universidade de Uberaba (UNIUBE), onde permaneci até fevereiro de 2009. Ao longo dessa trajetória, foram ministradas as disciplinas de Direito Contratual e Empresarial.

No mês de março de 2008, fui contratado pela Fundação Presidente Antônio Carlos (Unipac), onde trabalhei até julho de 2013, ministrando as disciplinas de Direito Contratual e Direito Empresarial I e II.

Em programas de pós-graduações *lato sensu*, participei como professor e orientador, aprofundando o ensino e contribuindo para a formação acadêmica de egressos da graduação, estimulando e incentivando a pesquisas científicas. Desta forma, participei das especializações realizada pelas seguintes instituições: Unifenas (2007); Universidade de Uberaba (UNIUBE) (2008/2009); Instituto de Pós-Graduação (IPOG) (2006/2007); Centro de Estudos *Aprobatum*, da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) (2004/2006); Escola Superior de Ciências Contábeis e

Administrativas de Ituiutaba (ESCCAI) (2006); e Faculdade de Marketing e Negócios da Faculdade UNIESSA (2005).

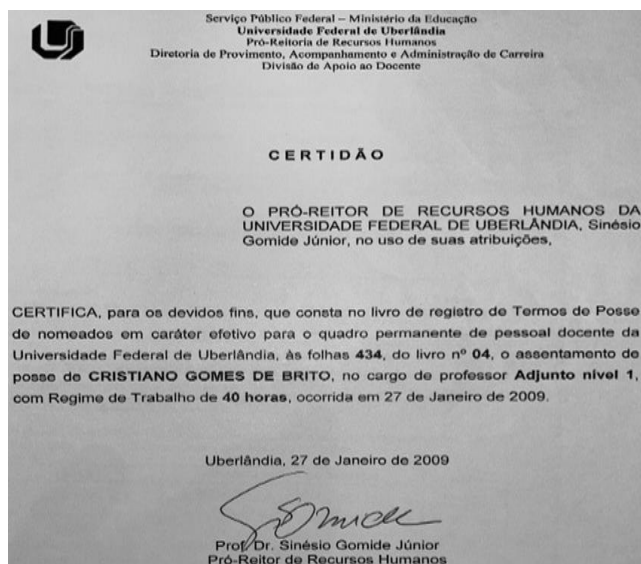
2.1.2 Atividades de Ensino na Universidade Federal de Uberlândia

Não obstante o considerável período de docência em instituições de ensino superior privadas (longos 7 anos), que me proporcionaram muita experiência e desenvolvimento pessoal e profissional, percebi que minha ambição acadêmica necessitava de um espaço em que pudesse ter estabilidade profissional e livre pesquisa. Constatei na prática que a mercancia tornou as instituições de ensino privada uma “fábrica de diplomas”, cultura esta que impedia a estabilidade profissional, a livre pesquisa e a extensão na área jurídica.

Ademais, não obstante ter concluído a graduação em uma instituição particular, ao participar dos programas de pós-graduação em instituições federais públicas voltadas a pesquisa e a extensão, me despertou o desejo de ingressar, como docente, em uma universidade e contribuir para a pesquisa jurídica do país. A realização da especialização (UFU), mestrado (UFMG) e doutorado (UFMG) me motivou a pertencer a uma dessas instituições, em que pude constatar a vocação natural das universidades públicas para ensino, pesquisa e extensão.

Por essas razões, e considerando ainda o fato de residir e advogar na cidade de Uberlândia/MG, local onde se encontra a tradicional Faculdade de Direito, me vi estimulado e entusiasmado a ingressar em uma instituição de ensino superior federal, em que eu pudesse pesquisar, estudar e trabalhar com liberdade acadêmica associada a estabilidade e segurança financeira.

Assim, em 2008, prestei concurso para a carreira docente na UFU, junto à FADIR, na área de Processo Civil, sendo aprovado e empossado em 27 de janeiro de 2009, iniciando a carreira como Professor Adjunto Nível I, com regime de trabalho de 40 horas.



Na graduação, desde o início da carreira, ministrou aulas de Direito Processual Civil, nas disciplinas de Processo Civil III (processo de execução e cautelar), Procedimentos Especiais e, atualmente, Direito Processual Civil IV (processo de execução) e Contratos Contemporâneos. Ao longo dos anos, ministrou aulas nas áreas do Direito Empresarial (direito falimentar) e Civil (contrato contemporâneos).

Participou como professor no Programa de Pós-Graduação em Direito, no Curso de Mestrado Acadêmico em Direito da FADIR nos anos de 2011, 2014 e 2018, ministrando, respectivamente, as disciplinas de Atividades econômicas do Estado e garantias da cidadania, Atividades Econômicas do Estado e Direitos Fundamentais e Neoprocessualismo.

Ainda vinculado ao programa de mestrado da FADIR, participou como membro da Banca Examinadora do Processo Seletivo ao Programa de Mestrado em Direito, nos anos de 2011 e 2018, atuando como avaliador na fase das provas escritas e na fase de entrevistas, nos respectivos anos.

Tive a oportunidade de coordenar e ministrar aulas no Curso de Especialização em Direito Empresarial nos anos de 2011/2012, bem como ministrou as disciplinas de Aspectos Modernos dos Títulos de Crédito.

Nas pós-graduações *lato sensu*, realizadas pela FADIR/UFU, teve a oportunidade participar de inúmeras especializações, em diversas áreas,

apresentando e trabalhando pontos relevantes da área do Direito Processual Civil e Empresarial com aderência à especialização proposta, ministrando, dentre outras:

1. No Curso de Especialização em Direito Civil, a disciplina Tópicos de Propriedade Intelectual, no ano de 2010;
2. No Curso de Especialização em Direito da Administração Pública, a disciplina Atividades Econômicas da Administração Pública, no ano de 2011;
3. No Curso de Especialização em Direito Constitucional, a disciplina Temas de Direito Constitucional - Atividade Empresarial do Estado, no ano de 2012;
4. No Curso de Especialização em Direito das Famílias, a disciplina Temas de Direito de Família Societário, no ano de 2012;
5. No Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais, as disciplinas Aspectos Atuais das Sociedades Limitadas, Direito Processual Societário e o Novo CPC, Contratos Financeiros, em 2018; e Tópicos Controvertidos sobre S/A e Mercado de Capitais, em 2019.

No ano de 2014 atuei como professor orientador junto ao Escritório de Assessoria Popular (ESAJUP), materializado no Núcleo de Prática Jurídica, cujo propósito é promover o atendimento jurídico à comunidade hipossuficiente. Neste período orientei os estagiários na elaboração de estratégias e peças processuais, bem como no atendimento e aconselhamento às pessoas da comunidade que recorreram ao serviço do ESAJUP, auxiliando no acesso à justiça.

Assim, nos 16 anos de trabalho junto à FADIR/UFU, ministrei diversas aulas para inúmeros alunos e turmas, seja em graduação ou pós-graduação, bem como tive o privilégio orientá-los das mais diversas formas, como orientador de monografia, de estágio, da empresa jurídica júnior, dentre outras atividades.



Foto em sala de aula, no dia 05/07/2010 (Arquivo pessoal).

Nos registros acadêmicos da UFU constam todas as minhas atividades de ensino na FADIR, confira-se:

Período	Disciplina	Turma
2º Semestre - 2024	FADIR31603 - Direito Processual Civil IV (Execução) 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2024	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2024	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2024	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2024	GDR057 - Contratos Contemporâneos 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2023	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2023	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2023	GDR057 - Contratos Contemporâneos 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2023	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2023	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2023	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2022	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2022	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2022	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2022	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
1º Semestre - 2022	GDR034 - Direito Processual Civil IV	<u>A1</u>

Período	Disciplina	Turma
	1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	
1º Semestre - 2022	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J1</u>
2º Semestre - 2021	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
2º Semestre - 2021	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
2º Semestre - 2021	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J1</u>
1º Semestre - 2021	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
1º Semestre - 2021	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
1º Semestre - 2021	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J1</u>
2º Per. Esp. - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Per. Esp. - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J</u>
1º Per. Esp. - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2020	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
2º Semestre - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
2º Semestre - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J1</u>
1º Semestre - 2020	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
1º Semestre - 2020	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>I A</u>
1º Semestre - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A1</u>
1º Semestre - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>I A</u>
1º Semestre - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I J</u>
1º Semestre - 2020	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J1</u>
2º Semestre - 2019	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2019	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2019	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J</u>
1º Semestre - 2019	EDSCE004 - Tópicos Controvertidos sobre S/A e Mercado de Capitais 86665 - Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais	<u>A</u>
1º Semestre - 2019	EDSCE017 - Contratos Financeiros 86665 - Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais	<u>A</u>
1º Semestre - 2019	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2019	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2019	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>J</u>
2º Semestre - 2018	EDSCE010 - Direito Processual Societário e o Novo CPC 86665 - Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais	<u>A</u>
2º Semestre - 2018	EDSCE017 - Contratos Financeiros 86665 - Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais	<u>A</u>
2º Semestre - 2018	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2018	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>

Período	Disciplina	Turma
2º Semestre - 2018	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2018	PDI039 - Neoprocessualismo 32006012027M8 - Curso de Mestrado Acadêmico em Direito	<u>U</u>
1º Semestre - 2018	EDSCE003 - Aspectos Atuais das Sociedades Limitadas 86665 - Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais	<u>A</u>
1º Semestre - 2018	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2018	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2018	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2017	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2017	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2017	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2017	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2017	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2017	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2016	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2016	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2016	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2016	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2016	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2016	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2015	GDR028 - Direito Empresarial III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2015	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2015	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2015	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
1º Semestre - 2015	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2014	GDR027 - Direito Processual Civil III 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
2º Semestre - 2014	GDR027 - Direito Processual Civil III 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
2º Semestre - 2014	GDR052 - Estágio Supervisionado 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>E</u>
2º Semestre - 2014	GDR052 - Estágio Supervisionado 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>E</u>
2º Semestre - 2014	GDR052 - Estágio Supervisionado 1436BMS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>G</u>
2º Semestre - 2014	PDI035 - Atividades Econômicas do Estado e Direitos Fundamentais 32006012027M8 - Curso de Mestrado Acadêmico em Direito	<u>D</u>
1º Semestre - 2014	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
1º Semestre - 2014	GDR034 - Direito Processual Civil IV 1436BNS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>K</u>
Ano - 2013	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>

Período	Disciplina	Turma
Ano - 2013	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>B</u>
Ano - 2013	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
Ano - 2013	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>K</u>
Ano - 2012	CDC016 - Temas de Direito Constitucional - Atividade Empresarial do Estado 36264 - Curso de Especialização em Direito Constitucional	<u>I</u>
Ano - 2012	CDC029 - Trabalho de Conclusão de Curso 36264 - Curso de Especialização em Direito Constitucional	<u>I</u>
Ano - 2012	CDE01 - Aspectos Modernos dos Títulos de Crédito 36265 - Curso de Especialização em Direito Empresarial	<u>VI</u>
Ano - 2012	DFA20 - Temas de Direito de Família Societário 1.39.10.11 - Curso de Especialização em Direito das Famílias	<u>I</u>
Ano - 2012	DFA21 - Trabalho de Conclusão de Curso 1.39.10.11 - Curso de Especialização em Direito das Famílias	<u>I</u>
Ano - 2012	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
Ano - 2012	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>B</u>
Ano - 2012	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
Ano - 2012	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>K</u>
2º Semestre - 2011	PDI035 - Atividades Econômicas do Estado e Direitos Fundamentais 32006012027M8 - Curso de Mestrado Acadêmico em Direito	<u>D</u>
Ano - 2011	DAP50 - Atividades Econômicas da Administração Pública 1.39.10.10 - Curso de Especialização em Direito da Administração Pública	<u>II</u>
Ano - 2011	DT051 - Direito de Empresa 4002EDTPT - Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	<u>VI</u>
Ano - 2011	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
Ano - 2011	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>B</u>
Ano - 2011	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
Ano - 2011	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>K</u>
Ano - 2010	CDC12 - Tópicos de Propriedade Intelectual 0448EDCIV - Curso de Especialização em Direito Civil	<u>V</u>
Ano - 2010	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
Ano - 2010	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>B</u>
Ano - 2010	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
Ano - 2010	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>K</u>
Ano - 2009	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>A</u>
Ano - 2009	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BMA - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino	<u>B</u>
Ano - 2009	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>I</u>
Ano - 2009	DTS31 - Direito Processual Civil III 1436BNA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	<u>K</u>

Por fim, ainda quanto ao ensino, não poderia deixar de registrar, no presente memorial, os difíceis momentos vividos, pessoal e profissionalmente, em face da pandemia da covid-19 e sua chegada no Brasil, em 2020.

No primeiro momento, as aulas foram suspensas. Posteriormente, ainda que de forma não obrigatória, comecei a ministrar aulas na modalidade *on-line* – o que difere do Ensino a Distância (EAD), que conta com todo um suporte institucional para sua realização.

No caso vivenciado na UFU, os professores foram orientados a utilizarem seus computadores pessoais e simplesmente ligar a câmera e expor o conteúdo previsto para a aula, sem qualquer estrutura de material didático e baixa qualidade de imagens e áudios, situação agravada pela falta de suporte da secretaria do curso e da instituição – afinal, vivíamos momento “de guerra”.

Constatei que as aulas *on-line* vieram como forma desesperada de dar continuidade às atividades acadêmicas, permitindo, por outro lado, manter a mente ativa, ocupando o tempo e buscando novas formas de ensinar e orientar; afinal, estávamos socialmente isolados.

Porém, o alongamento dessa situação, não obstante a boa intenção de professores, alunos e da própria Universidade, começou a causar angústia e depressão entre docentes, discentes e técnicos, pois não tínhamos mais contato humano com os colegas de trabalho e alunos, e a falta de interação social se agravava. Lecionávamos, muitas vezes, para algo abstrato, pois os discentes, saturados dessa situação, sequer “abriam” suas câmeras para amenizar essa frieza no relacionamento acadêmico.

Felizmente, a tempestade passou e voltamos a conviver com a presenças das pessoas, sequelados pela tragédia das vidas perdidas e do isolamento social. Aos poucos, fomos acolhendo os discentes que se distanciaram, e pudemos construir novos laços de afeto e respeito mútuo.

2.2 Atividade de Orientação

Ao longo da carreira, tive a oportunidade de orientar diversos discentes, contribuindo e estimulando com a pesquisa proposta e o senso crítico, nas mais diversas esferas acadêmicas, cooperando com o delineamento do projeto, auxílio nas pesquisas e no aprimoramento acadêmico. Foram realizadas as seguintes orientações:

Dissertação de Mestrado

1. Márcio Marçal Lopes. A Verticalização da Função Jurisdicional do Estado e seus Reflexos na Proteção dos Direitos Fundamentais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

Monografia de Conclusão de Curso de Especialização

1. Arthur Srouf Vidal. Meios Modernos e Eficazes de Investigação Patrimonial e Satisfação Forçada do Crédito. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
2. Bethânia Ferreira Santa Cecília. Dissolução Parcial de Sociedade Limitada. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
3. Bruno Queiroz de Vasconcelos Finotti. As Cláusulas de Compra e Venda Forçada de Quotas como Mecanismo de Resolução de Conflito Societário. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em

- Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais)
- Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
4. Daniela Conceição de Castro. Um Estudo da Duplicata: Questões Relativas as Duplicatas Virtuais. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 5. Gabriel Borges Dezem. Confusão Patrimonial como Fundamento para a Responsabilização das Sociedades do Grupo Econômico. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 6. Luiz Lima Calabria. Sucessão das Sociedades Empresariais Limitadas de Caráter Familiar e os Meios Jurídicos de Proteção Patrimonial da Sociedade. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 7. Mariana Portela Maluf. Análise Crítica do Entendimento do Superior Tribunal de Justiça na Aplicação da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima de Capital Fechado. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 8. Mateus Martins da Silveira. A Resolução do Contrato Social por Inadimplemento nos Contratos Coligados e o Afastamento das Regras de Dissolução da Sociedade Limitada nos Negócios Imobiliários de Loteamento. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em

Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais)
- Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

9. Rogério Lima dos Santos. A (I)Licitude da Distribuição de Lucros Desproporcional das Quotas nas Sociedades Limitadas. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
10. Mateus Nunes Rodrigues. A Eficácia e a Efetividade da Penhora de Faturamento das Empresas no Processo de Execução. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação

1. André Luis de Mello. A Garantia Do Juízo Nos Embargos À Execução Fiscal: Implicações Constitucionais. 2024. Curso (Direito) - Universidade Federal de Uberlândia
2. Sarah Ribeiro Gaia Ferreira. Ampla Defesa, Contraditório e a Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. 2024. Curso (Direito) - Universidade Federal de Uberlândia
3. Marcos Henrique Alves Mota. Medidas Coercitivas Atípicas em Execuções Pecuniárias: Um estudo à luz do art. 139, IV, do Código de Processo Civil. 2024. Curso (Direito) - Universidade Federal de Uberlândia
4. Bruno Bueno da Silva. Mecanismos Alternativos que Contribuem na Eficiência e na Eficácia da Cobrança Ativa em âmbito Municipal. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) -

- Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
5. Clara Fernandes Bardon. Primeiras Impressões sobre a nova Lei de Liberdade Econômica- n. 13.847/2019: Análise das Alterações Legislativas e das interpretações Doutrinárias. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 6. Mateus Tedesco Martins. A *Propter Rem* como Instrumento que Viabiliza o Crédito Rural. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 7. Isadora Tagliari Paze. Divergências processuais e materiais entre os ordenamentos jurídicos brasileiro e americano quanto à recuperação judicial. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 8. Matheus Jorge Pinto. Processo de Execução: A Exequibilidade de Criptomoedas e seu Procedimento. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 9. Thaysa Arantes Silper. Planejamento Tributário como instrumento contra evasão fiscal. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 10. Lucas Pereira de Oliveira. O Produtor Rural e os Efeitos da Relativização dos Requisitos da Recuperação Judicial. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
 11. Pedro Antônio Alvarenga Gondim. Cláusula de Inalienabilidade no bem imóvel e a livre circulação de bens. 2019. Trabalho de Conclusão de

- Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 12.** Murilo Carvalho Fertoza. A Atipicidade dos Meios Executivos na Execução por Quantia Certa. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 13.** Mariana Borges Custódio. Legislação Específica a CPR: mudança de entendimento do STJ de juros fixados na CPR financeira. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 14.** Bárbara Aparecido Brito de Castro. A Aplicação das Tutelas Provisórias Frente ao Princípio Constitucional da Duração Razoável do Processo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 15.** Flávia Araújo de Abreu. A Eficácia da Sistematização de Precedente do Novo CPC. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 16.** Ana Paula Veloso Rodrigues. Os Precedentes Judiciais Vinculantes como Forma de Efetivação dos Princípio da Isonomia. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 17.** Anna Vera Drumond Oliveira e Rocha. A Natureza Jurídica da Cédula de Produto Rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 18.** Thaís Farhat Neves. Responsabilidade Tributária e a Desconsideração da Personalidade Jurídica em Grupos Econômicos. 2017. Trabalho de

- Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 19.** Matheus Facuri Villela. A Ordem Pública como Limitação à Arbitragem Internacional Comercial. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 20.** Matheus Queiroz Nunes. O Contrato Eletrônico como Instrumento de Resolução das Novas Questões da Pós-Modernidade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 21.** Mariana Cristina Pereira e Silva. A Solidariedade na Relação da Obrigação Avoenga. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 22.** Nathan Oliveira Fernandes. Crimes Contra a Ordem Econômica e Tributária. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 23.** Lucas Felipe Duque Finotti. As Quotas Preferenciais nas Sociedades Limitadas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 24.** José Antônio Damine. Direito a Desaposentação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 25.** Luana Macedo. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao Contratos Bancários Firmados por Pessoa Jurídica. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

- 26.** Tulio Fernandes Assunção. A Fixação das Astreintes em Desfavor do Agente Público. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 27.** Guilherme de Lucena Silva. A Boa-fé Como Requisito para o Registro de Marca. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 28.** Henrique de Araújo Moraes. A Segurança Jurídica como Princípio Constitucional do Processo Civil e o Efeito Vinculante dos Precedentes. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 29.** Mariana Cristiana Pereira e Silva. A Solidariedade na Relação da Obrigação Avoega. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 30.** Arthur Alves Caetano. A Exequibilidade da Cédula de Crédito Bancário. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 31.** Ana Laura Gomes Faria. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e os Reflexos de Sua Inserção no Panorama Empresarial Brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 32.** Rafael Marques Alemar. Do Cabimento da Ação Revisional de Contrato e sua Capacidade para Elidir a Mora do Devedor em Ações de Busca e Apreensão ou Reintegração de Posse. 2013. Trabalho de

- Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 33.** Camila Bittencourt Dantas. A Sociedade Holding na Sucessão da Empresa Familiar. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 34.** Ivan Gavioli do Nascimento. Sociedade Empresarial entre Cônjuges e o Novo Código Civil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 35.** Álisson Eduardo de Faria Ferreira. Processo de Execução: A Penhora de Quotas de Sociedades Limitadas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 36.** Renato Magalhães Amaral. Penhorabilidade do Bem de Família do Fiador nos Contratos de Locação. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 37.** Rodrigo dos Santos Ribeiro. A Penhora On-Line como Instrumento de Efetividade e Celeridade no Processo de Execução. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 38.** Carolina de Angelis Prado. A Guarda Compartilhada como Meio de Inibição da Alienação Parental. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 39.** Guilherme Guimarães Alves. Da Remuneração dos Administradores de S/A. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

40. Wesley de Oliveira Silva. Penhora Online: Medida Extrema ou Necessária. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
41. Matheus Nunes Rodrigues. A Penhora de Percentual de Faturamento de Empresas Devedoras no Contemporâneo Processo de Execução Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
42. Marcos Antônio Machado Ferreira. A Citação Eletrônica e Formalismo Processual. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
43. Luiz Otávio Carneiro de Rezende Neto. Cumprimento da Sentença: reflexo dos princípios da celeridade e Efetividade Processual. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
44. Fábio Raffael Felice Neto. Escrow Account. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
45. Thiago Ribeiro Deienno. As Alterações Operadas pela Lei 11.382/06 no CPC e sua Aplicabilidade no Processo de Execução Fiscal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
46. Marcos Vinicius Borges Maciel. Efetividade da Execução de Alimentos e Prisão Civil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

47. Poliana Bergamo Lomaz. A Propriedade e a Funcionalização dos Centros Urbanos: o Estatuto da Cidade e o Direito Constitucional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
48. Juliana Rosa do Prado. A Prova Pericial e o Sistema da Libre Persuasão Racional do Juiz: o exame de DNA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
49. Ítalo Meneghini Silva. O Princípio da Informação no Código de Defesa do Consumidor. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
50. Felipe Campos Attux. Assédio Processual na Justiça do Trabalho. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
51. Ricardo Vieira Machado. A Prescrição Intercorrente no Processo de Execução Civil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
52. Bruno Fonseca Gurão. Inaplicabilidade do art. 739-A d CPC as Execuções Fiscais. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
53. Paulo Armando Mendes. Títulos de Crédito Rural. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
54. Paula Aparecida Rodrigues Diniz. Responsabilidade Tributária dos Sócios. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito)

- Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 55.** Felipe Oliveira Monteiro. A Execução Provisória de Título Executivo Judicial sob a Ótica da Tutela Jurisdicional Efetiva e da Razoável Duração do Processo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 56.** Juiliano Rosa Prado. A Influência da Prova Pericial na Persuasão Racional do Juiz. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 57.** Vitor Barbosa. Paternidade Socioafetiva e os Aspectos Favoráveis para sua Regulamentação. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 58.** Diogo Freitas de Oliveira. Problemáticas das Relações Jurídicas Advindas dos Contratos Eletrônicos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 59.** André Zapata Pena. Contrato de Compra e Venda de Imóvel com Alienação Fiduciária em Garantia x Código de Defesa do Consumidor. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 60.** Haroldo Fernandes Custódio. Pessoa Jurídica e Direito a Dano Moral. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
- 61.** Aline Reis Farid. A Sociedade Unipessoal. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

62. Wellington Ferreira Tavares. A Desmaterialização da Duplicata Mercantil em face do Dinamismo da Duplicata. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
63. Vanderlei de Carvalho. A Cláusula de Exclusividade nos Contratos de Corretagem na Compra e Venda e Locação de Imóveis. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

Iniciação científica

1. Renata Castro. Acesso a Justiça e Efetividade do Processo. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
2. Ana Julia Eugênio. Acesso a Justiça e Efetividade do Processo. 2017. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
3. Rodrigo dos Santos Ribeiro. A Utilização da Arbitragem na Solução de Controvérsias de Consumo. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
4. Rodrigo dos Santos Ribeiro. Do Acesso à Justiça e Efetividade do Processo. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
5. Mariana Mendes Monteiro Godoi. Nova Lei de Falência e a Recuperação Judicial. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

6. Rodrigo dos Santos Ribeiro. Do Acesso à Justiça e a Efetividade do Processo. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.
7. Rodrigo dos Santos Ribeiro. A celeridade processual como pressuposto para um processo civil efetivo. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Cristiano Gomes de Brito.

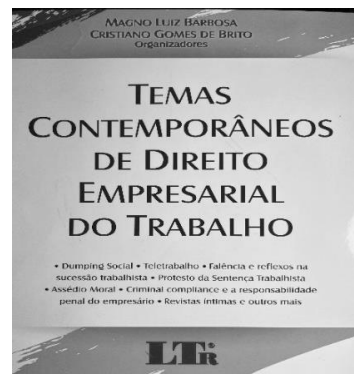
As orientações, por meio da análise crítica dos projetos de pesquisa, foram realizadas de forma a estimular a pesquisa e o senso crítico, por meio da indicação de bibliografias, técnicas de pesquisa, estrutura dos trabalhos e intensos debates sobre o objeto de estudo, apresentando críticas e sugestões, para posterior correção e revisão do trabalho.

2.3 Atividade de Pesquisa

Ao longo da minha trajetória acadêmica na FADIR, tive a oportunidade de participar de diversas atividades de pesquisas, por meio de orientações de monografias de graduação, especialização e mestrado, participações em bancas de monografia e dissertação, bem como na orientação em atividades de iniciação científica.

Ademais, desde meu ingresso na UFU, em 2009, elaborei 14 artigos científicos, em diversas revistas jurídicas, como Revista Legislativa do Senado Federa-RIL, Revista dos Tribunais, Revista de Processo, Revista de Direito, Revista *Scientia Iuris*, dentre outras.

Ainda como fruto de pesquisa, coordenei, junto com o prof. Magno Barbosa, a obra “Temas Contemporâneos de Direito Empresarial do Trabalho”, que buscou promover o debate de duas forças antagônicas, mas que se completam: o trabalho e a empresa.



O escopo da obra foi harmonizar os dois institutos, com a coletânea de trabalhos de autores de escol, contribuindo no aprimoramento das instituições e na integração entre o trabalho e o capital, em decorrência de pontos controvertidos.

Esta obra contou ainda com um capítulo de livro de minha autoria, com o tema “A Lei de Falência e seus Reflexos na Sucessão Trabalhista”. O trabalho objetivou descrever e analisar os efeitos da legislação falimentar na execução trabalhista, notadamente os aspectos da sucessão trabalhista do adquirente da empresa falida ou em recuperação judicial, realizando a análise crítica e jurisprudencial dos arts. 60 e 141 da Lei de Falência, que impedem a sucessão trabalhista nestes casos.

Em relação a projetos de pesquisa, participo e oriento, desde 2024, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito Civil (GECIV), que tem por objetivo pesquisar e estudar os conceitos, requisitos e repercussões dos modernos modelos de contratos, bem como entender a teoria geral do contratual, perceber os princípios fundamentais dos contratos e analisar em profundidade as questões divergentes nos contratos.

Desde 2019 até a presente data, oriento e participo do grupo de pesquisa “Acesso à Justiça e Efetividade do Processo na Atividade Empresarial”, que tem por finalidade estudar o processo civil, a partir das reformas processuais, notadamente o novo Código de Processo Civil (CPC), que visam imprimir maior celeridade e efetividade processual, em harmonia com os preceitos e princípios estabelecidos Constituição Federal, sob a ótica da atividade empresarial e econômica.

Entre 2009 e 2010 participei e orientei o grupo de pesquisa “O Estado como limitador da livre iniciativa e da concorrência”, que tinha por escopo oferecer a construção argumentativo-jurídica capaz de balizar a atividade do Estado na limitação da livre iniciativa e da livre concorrência, além de analisar os padrões metódicos que os valores oferecem como parâmetros de constitucionalidade às medidas intervencionistas do Estado nas empresas e na economia.

Entre 2009 e 2015 participei e orientei o grupo de pesquisa “O Acesso à Justiça e a Efetividade do Processo”, que tinha por finalidade estudar o processo civil, a partir das reformas processuais, que visam imprimir maior a celeridade e a efetividade processual, em harmonia com os preceitos e princípios estabelecidos Constituição Federal.

Em iniciação científica, visando estimular vocação científica e incentivar novos pesquisadores, participei como orientador de iniciações científicas que tiveram por finalidade pesquisar sobre a “A Utilização da Arbitragem na Solução de Controvérsias de Consumo” (2011), “O Acesso à Justiça e Efetividade do Processo” (2011), “Nova Lei de Falência e a Recuperação Judicial” (2011) e “Celeridade processual como pressuposto para um processo civil efetivo” (2010).

2.4 Atividade de Extensão

Como forma de estimular e incentivar a prática da atividade jurídica no âmbito empresarial, constituí, com os discentes da FADIR, a Magna Empresa Jurídica Júnior, da qual sou o orientador desde sua fundação, em agosto de 2015, até a presente data. Sua criação foi aprovada pelo Conselho da Faculdade de Direito (CONFADIR), em reunião do dia 22/07/2015, em que se expediu a decisão administrativa n. 29/2015, indicando-me como orientador.

A Magna Empresa Jurídica Júnior da Faculdade de Direito da UFU é gerenciada por discentes do curso de Direito da FADIR (magnaempresajunior.com.br), que realizam projetos e prestam serviços em sua área de graduação, principalmente para pequenas e médias empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs). A Empresa Júnior é integrante de uma instituição educacional, por meio de uma associação civil, sem fins lucrativos. Em decorrência dessa atividade, capacita os discentes promovendo a vivência empresarial a fim de prestar serviços por meio da democratização de serviços jurídicos. Tem por objetivo aprimorar, aprofundar e desenvolver o conhecimento, por meio da prática, nas áreas de Direito Empresarial, Contratual e Industrial, com assessoria a micro e pequenas empresas e associações não governamentais.

MAGNA
EMPRESA JURÍDICA JÚNIOR



É projeto de extensão, registrado no Sistema de Informação e Cultura da UFU, sob os n. 24267, de 01/01/2021 a 01/12/2022 e 28521, de 01/01/2023 a 31/12/2024, tendo em média 20 discentes vinculados a cada semestre.



Reunião com discentes da Magna, em 4/09/2017.

Como supervisor da Magna, contribuo na formação dos alunos/estagiários por meio das orientações práticas em face das consultorias realizadas junto a micro e pequenos empresários, na área do Direito Contratual e Empresarial. Nesse projeto de extensão, os alunos são orientados e familiarizam-se com a aplicação dos preceitos e princípios da atividade econômica, das regras jurídicas nas relações contratuais, permitindo a vivência e a aplicação prática do que é aprendido em sala de aula, com o acompanhamento do professor orientador.

2.5 Atividade de Gestão Acadêmica

Nas atividades de gestão acadêmica na FADIR/UFU, participei de cargos de acadêmicos que me permitiram conhecer com maior profundidade a administração pública, notadamente em uma Universidade.

Ao ingressar na IES, fui eleito Conselheiro do CONFADIR, como Coordenador do Núcleo Avançado de Direito Social e Econômico da FADIR, nomeado em 28 de outubro de 2009, por meio da Portaria 50/2009, expedida pelo Diretor da Faculdade de Direito, com mandato de 2 anos.

Tornei-me coordenador do VI Curso de Especialização em Direito Empresarial, realizada pela FADIR, no ano 2013. Este foi marcado por um momento difícil, pois, por decisão judicial, proibiu-se a cobrança de mensalidade, o que comprometeu o desenvolvimento do curso, assim tive que assumir as aulas de professores que se recusaram a trabalhar sem a remuneração advinda das mensalidades.

Novamente, tive a oportunidade de ser eleito Conselheiro do CONFADIR, como Coordenador do Núcleo Avançado de Direito Social e Econômico da FADIR, nomeado em 19 de abril de 2016, por meio da Portaria 11/2016, expedida pelo Diretor da Faculdade de Direito, com mandato de 2 anos.

No ano de 2019, fui eleito como representante docente no Conselho da Faculdade de Direito da UFU, exercendo o cargo de 23 de maio de 2019 a 23 de maio de 2021, momento marcante como conselheiro, uma vez que enfrentávamos a pandemia em decorrência da covid-19.

A participação em atividades de gestão acadêmica me permitiu ampliar a compreensão sobre gestão pública, uma vez que precisávamos tratar diversos pontos da Faculdade sob a ótica do direito administrativo e financeiro, bem como aprender a lidar com questões acadêmicas que transcendem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que, por se tratar de uma instituição pública federal, estávamos sob o regime das normas da administração pública. Assim, tive uma visão mais sistêmica da gestão pública, na parte financeira, disciplinar, gestão de pessoal e qualidade do serviço público.

Isto porque, como Conselheiro, tive que apreciar pedidos de afastamentos disciplinares de docentes, bem como avaliação de pares em estágios probatórios, pedidos de afastamentos de docentes para fins de aprimoramento da carreira, pedidos de verbas para viagens e eventos promovidos por docentes, dentre outros temas.

3 Participação em Bancas

Ao longo do período de docência na FADIR, tive a oportunidade de participar de inúmeras bancas de graduação, especialização e mestrado, o que permitiu ampliar as perspectivas sobre diversos temas da área empresarial, civil e processual civil. Essa experiência oxigenou as relações acadêmicas com os discentes e docentes, permitindo a convergência de esforços em promover debates de elevada envergadura jurídica ao lado de honrosos professores de escol, que muito me ensinaram sob suas visões jurídicas, como as bancas elencadas abaixo.

No mestrado *strictu sensu*, participei das seguintes bancas de trabalhos:

3.1 Participação em Bancas de Mestrado

1. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; SILVEIRA, D. B. Participação em banca de José Junior Alves da Silveira. Direito Fundamental a Boa Administração Pública e Governança: As Parceria Público Privadas dos Serviços de Iluminação Pública no Âmbito Municipal. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
2. BRITO, Cristiano Gomes de.; BORGES, A. W.; JAYME, F. G. Participação em banca de Márcio Marçal Lopes. Efeito Vinculante dos Precedentes, Segurança Jurídica e Prestação Jurisdicional como Garantia Fundamental. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
3. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Luiz Henrique Liberali. A Estratégia de Trabalho de DIP no Governo Vargas. 2010. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

4. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Ana Celeuta Fulgêncio Taveira. O Princípio do Contraditório no Processo Administrativo Brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
5. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Ana Maria Teixeira Rocha. Processo Administrativo: O Princípio da Isonomia com Vetor de Realização da Cidadania. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
6. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Hamilton Pires Ribeiro. Processo Legislativo: Mutação e Controle de Constitucionalidade dos Atos Administrativos. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
7. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.. Participação em banca de Joaquim Cardoso Campos Valladares. Despacho Judicial: Paradigma Alternativo para sua Estruturação no Contexto do Devido Processo Legal. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
8. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; SANTOS, Nivaldo dos. Participação em banca de Ana Cristina Borges Fernandes. A Mediação com Instrumento Facilitador para a Obtenção de Efetividade nos Processos de Separação e Divórcio. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.

9. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; SANTOS, Nivaldo dos. Participação em banca de Abatenio de Andrade Marquez Neto. Garantia de Acesso ao Trabalho para o Deficiente Físico como Instrumento da Cidadania. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
10. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; SANTOS, Nivaldo dos. Participação em banca de Fernando Alves Viali Filho. O Direito Fundamental à Educação com Instrumento de Pacificação Social à Luz da Teoria da Sociedade Aberta dos Intérpretes. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
11. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; SA, Djanria Maria. Radamés de. Participação em banca de Adriana Avelino Fleury. A Influência do Princípio do Duplo Grau de Jurisdição na Efetividade do Processo Civil Brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
12. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de José do Egito Castro Souza. Improbidade Administrativa: Má Gestão dos Recursos Destinados aos Fundos Educacionais (FUNDEF/FUNDEB). 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.
13. BRITO, Cristiano Gomes de.; MACEDO, L. B.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Marcos André Alamy. Principiologia do Processo Licitatório: Vinculação Valorativa e Alcance dos Princípios na Efetivação do Procedimento. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado de Minas Gerais.

Nas qualificações de mestrado *strictu sensu*, participei das seguintes bancas:

1. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; SILVEIRA, D. B. Participação em banca de José Junior Alves da Silveira. O Direito Fundamental à boa Administração Pública e Governança: A Parcerias Público-Privadas dos Serviços de Iluminação Pública no âmbito Municipal. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
2. BRITO, Cristiano Gomes de.; SILVA, A. G.; PASTANA, D. R.; Participação em banca de Rodrigo Ribeiro dos Santos. Os Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos como Instrumentos de Acesso à Justiça e Consequente Garantia dos Direitos Fundamentais. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
3. BRITO, Cristiano Gomes de.; NOGUEIRA, M. A.; ROCHA, A. P. Participação em banca de Thiago Aramizo Ribeiro. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico: Aspectos Funcionais e Conformidade Constitucional. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
4. BRITO, Cristiano Gomes de.; ALEMAR, A.; BORGES, A. W. Participação em banca de Thiago Gonçalves Paluma Rocha. O Nível de Proteção da Propriedade Intelectual Definido pelo Acordo TRIS/OMC e o Direito ao Desenvolvimento. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.

3.2 Participação em Bancas de Especialização

Nas especializações *lato sensu*, participei das seguintes bancas:

1. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P.; SANTOS, A. M. Participação em banca de Mateus Martins da Silveira. A Resolução do Contrato Social por Inadimplemento nos Contratos Coligados e o Afastamento das Regras de Dissolução da Sociedade Limitada nos Negócios Imobiliários de Loteamento. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
2. BRITO, Cristiano Gomes de., FERREIRA, R. P. P.; PRUDENCIO, S. S. Participação em banca de Vinicius Goulart Peres Rabelo Costa. A Governança Corporativa e os Controles Internos na Prevenção a Gestão Fraudulenta. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
3. BRITO, Cristiano Gomes de.; VIOLA, R. R.; OLIVEIRA, A. L. Participação em banca de Gabriel Borges Dezem. Confusão Patrimonial como Fundamento para a Responsabilização das Sociedades do Grupo Econômico. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
4. BRITO, Cristiano Gomes de.; ASSIS, T. S.; AQUINO, V. E. Participação em banca de Bruno Queiroz de Vasconcelos Finotti. As Cláusulas de Compra e Venda Forçada de Quotas como Mecanismo de Resolução de Conflito Societário. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
5. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P.; AQUINO, V. E. Participação em banca de Bethânia Ferreira Santa Cecília. Dissolução

- Parcial de Sociedade Limitada. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
6. BRITO, Cristiano Gomes de.; CORDEIRO, C. J.; FALEIROS JUNIOR, J. L. M. Participação em banca de Mariana Portela Maluf. Análise Crítica do Entendimento do Superior Tribuna de Justiça na Aplicação da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima de Capital Fechado. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
 7. BRITO, Cristiano Gomes de.; CORDEIRO, C. J.; MOURA, J. F. Participação em banca de Arthur Srouf Vidal. Meios Modernos e Eficazes de Investigação Patrimonial e Satisfação Forçada do Crédito. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
 8. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; FERREIRA, R. P. P. Participação em banca de Naiara de Almeida Andrade. Responsabilidade Subjetiva do Estado por Atos Omissivos nas Relações de Consumo. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
 9. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P.; FALEIROS JUNIOR, J. L. M. Participação em banca de Rogério Lima dos Santos. A (I)licitude da Distribuição de Lucros Desproporcional das Quotas nas Sociedades Limitadas. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em

Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.

10. BRITO, Cristiano Gomes de.; AQUINO, V. E.; OLIVEIRA, A. B. Participação em banca de Luiza Lima Calábria. Sucessão das Sociedades Empresariais Limitadas de Caráter Familiar e os Meios Jurídicos de Proteção Patrimonial da Sociedade. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
11. BRITO, Cristiano Gomes de.; FALEIROS JUNIOR, J. L. M.; ROSA, L. C. G. Participação em banca de Daniela Conceição de Castro. Um Estudo da Duplicata: Questões Relativas as Duplicatas Virtuais. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.
12. BRITO, Cristiano Gomes de.; PALUMA, T.; HENRIQUES, T. R. Participação em banca de Paula Marra Queiroz. Desconsideração da Personalidade Jurídica do Código Civil Analisada Sobre os Aspectos da Medida Provisória 881/2019. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Societário e Contratos Empresariais) - Universidade Federal de Uberlândia.

3.3 Participação em Bancas de Graduação

Nos trabalhos de conclusão de curso de graduação, participei das seguintes bancas:

1. BRITO, Cristiano Gomes de.; GUIMARAES, M. C. Participação em banca de André Luis de Mello. A Garantia Do Juízo Nos Embargos À

- Execução Fiscal: Implicações Constitucionais, 2024. (Direito) Universidade Federal de Uberlândia.
2. BRITO, Cristiano Gomes de.; SOUSA, A. R. Participação em banca de Sarah Ribeiro Gaia Ferreira. Ampla Defesa, Contraditório e a Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, 2024. (Direito) Universidade Federal de Uberlândia.
 3. BRITO, Cristiano Gomes de.; CORDEIRO, C. J.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Marcos Henrique Alves Mota. Medidas Coercitivas Atípicas em Execuções Pecuniárias: Um estudo à luz do art. 139, IV, do Código de Processo Civil, 2024. (Direito) Universidade Federal de Uberlândia.
 4. BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Bruno Bueno da Silva. Mecanismos Alternativos que Contribuem na Eficiência e na Eficácia da Cobrança Ativa em âmbito Municipal. 2023 - Universidade Federal de Uberlândia.
 5. BRITO, Cristiano Gomes de.; GUIMARAES, M. C.; MELLO, S. S. F. Participação em banca de Carlos Henrique Jardim Chiarelli. Repercussão geral em matéria tributária: vinculação da Administração Pública que não compôs a relação jurídica processual do recurso extraordinário. 2023.
 6. BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; MAKIYA, E. H. G. Participação em banca de Clara Fernandes Bardon. Primeiras Impressões sobre a nova Lei de Liberdade Econômica- n. 13.847/2019: Análise das Alterações Legislativas e das interpretações Doutrinárias. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
 7. BRITO, Cristiano Gomes de.; GONCALVES, L. M. Participação em banca de Mateus Tedesco Martins. A *Propter Rem* como Instrumento que Viabiliza o Crédito Rural. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

8. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERNANDES, A. G. Participação em banca de Ylana Celidonio Lorenzo. Responsabilidade do Exequente Devido aos Prejuízos Sofrido pelo Executado em Decorrência da Arrematação Judicial. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
9. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERNANDES, A. G.; FERREIRA, R. P. P. Participação em banca de Isadora Tagliari Paze. Divergências processuais e materiais entre os ordenamentos jurídicos brasileiro e americano quanto à recuperação judicial. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
10. BRITO, Cristiano Gomes de.; SOUSA, A. R.; FALEIROS JUNIOR, J. L. M. Participação em banca de Matheus Jorge Pinto. Processo de Execução: A Exequibilidade de Criptomoedas e seu Procedimento. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
11. BRITO, Cristiano Gomes de.; VIOLA, R. R.; GUIMARAES, M. C. Participação em banca de Thaysa Arantes Silper. Planejamento Tributário como instrumento contra evasão fiscal. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
12. BRITO, Cristiano Gomes de.; BARBOSA, M. L.; Participação em banca de Thiago Vandramini da Silva. A Compensação de Horas Extraordinárias da Jornada de Trabalho sob o Prisma do Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
13. BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; BARBOSA, M. L. Participação em banca de Ariel Bertazzo. O Acesso Civil as Armas como Direito e Garantia Fundamental: Conflito entre o Estatuto do Desarmamento e a Constituição Federal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

14. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P. Participação em banca de Lucas Pereira de Oliveira. O Produtor Rural e os Efeitos da Relativização dos Requisitos da Recuperação Judicial. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
15. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P.; BORGES, G. O. A. Participação em banca de Augusto Molinaroli Melo. A Penhorabilidade das Aplicações Financeiras em Renda Fixa e, Fundos de Previdência Privada no Processo Civil. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
16. BRITO, Cristiano Gomes de.; FARIA, L. R.; FREITAS, K. L. J. Participação em banca de Murilo Carvalho Festozo. A Atipicidade dos Meios Executivos na Execução por Quantia Certa. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
17. BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P.; FALEIROS JUNIOR, J. L. M. Participação em banca de Mariana Borges Custódio. Legislação Específica a CPR: Mudança do Entendimento do STJ de Juros Fixados na CPR Financeira. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
18. 15.BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, R. P. P.; BORGES, G. O. A. Participação em banca de Enrrico Pizao Said. A Gestão Público Empresarial e o Objetivo Anticorrupção da Lei 13.303 de 2016. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
19. BRITO, Cristiano Gomes de.; Crosara, Daniela de Melo; BOYADJIAN, G. H. V. Participação em banca de Edvaldo de Paulo Júnior. Proscrição da Prisão Civil do Devedor de Alimentos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

- 20.** BRITO, Cristiano Gomes de.; Crosara, Daniela de Melo; PEREIRA, A. R. R. A. Participação em banca de Ana Vera Drumond Oliveira e Rocha. A Natureza da Cédula de Produtor Rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 21.** BRITO, Cristiano Gomes de.; BARBOSA, M. L.; GUIMARAES, M. C. Participação em banca de Laura Machado Pinheiro. Imunidade Recíproca: A impossibilidade de Incidência de Impostos sobre Serviços Notariais e de Registro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 22.** BRITO, Cristiano Gomes de.; GUIMARAES, M. C.; FARIA, L. R. Participação em banca de Felipe Montes Guerra. Dos Pressupostos para Válida Responsabilidade Tributária do Sócio em Face de Débitos da Pessoa Jurídica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 23.** BRITO, Cristiano Gomes de.; Crosara, Daniela de Melo; FARIA, L. R. Participação em banca de Ana Carolina Rodrigues. A Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova a Luz do Novo CPC. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 24.** BRITO, Cristiano Gomes de.; Crosara, Daniela de Melo; Ribeiro, Rodrigo dos Santos. Participação em banca de Thais Farhat Neves. Responsabilidade Tributária e a Desconsideração da Personalidade Jurídica em Grupos Econômicos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 25.** BRITO, Cristiano Gomes de.; PALUMA, T.; PAZINI, C. F. Participação em banca de Matheus Queiroz Nunes. O Contrato Eletrônico como Instrumento de Resolução das Novas Questões da Pós-Modernidade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

- 26.** BRITO, Cristiano Gomes de.; PALUMA, T.; VILLARROEL, I. E. Participação em banca de Matheus Facuri Villela. A Ordem Econômica como Limitação a Arbitragem Internacional Comercial. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 27.** BRITO, Cristiano Gomes de.; SOUSA, A. R. Participação em banca de Flávia Araújo de Abreu. A Eficácia da Sistematização de Precedentes no Novo CPC. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 28.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Dalton Marinha V. Jr. O Imposto sobre Grandes Fortunas e a Função Social da Propriedade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 29.** BRITO, Cristiano Gomes de.; MARTINS., J. C. B.; BIZELLI, R. F. Participação em banca de José Antônio Damine. Direito a Desaposentação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 30.** BORGES, A. W.; BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Gustavo Nascimento Tavares. A Teoria dos Precedentes Normativos na Jurisdição Constitucional como Instrumento de Racionalidade do Sistema Jurídico Brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 31.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Tannous Youssef Tannous Neto. A Solidariedade do artigo 124 do Código Tributário Nacional. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 32.** BRITO, Cristiano Gomes de.; NOGUEIRA, M. A.; PRUDENCIO, S. S. Participação em banca de Nathan Oliveira Fernandes. Crimes Contra a Ordem Econômica e Tributária. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

- 33.** BRITO, Cristiano Gomes de.; VIOLA, R. R.; FERREIRA, R. P. P. Participação em banca de Lucas Fellipe Duque Finotti. As Quotas Preferenciais nas Sociedades Limitadas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 34.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CORDEIRO, C. J.; TAVARES, M. T. Participação em banca de Mariana Cristina Pereira e Silva. A Solidariedade na Relação da Obrigação Avoenga. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 35.** BRITO, Cristiano Gomes de.; BERNARDES, L. F.; SANTOS, H. F. Participação em banca de Luana Macedo. Aplicabilidade do CDC aos Contratos Bancários Firmados por Pessoa Jurídica. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 36.** BRITO, Cristiano Gomes de.; SANTOS, H. F.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Túlio Fernandes Assunção A Fixação da Astreintes em Desfavor do Agente Público. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 37.** BRITO, Cristiano Gomes de.; PALUMA, T.; MELLO, S. S. F. Participação em banca de Guilherme de Lucena Silva. A Boa-fé como Requisito para o Registro de Marcas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 38.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Ana Laura Gomes Faria. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Seus Reflexos de sua Inserção no Panorama Empresarial. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 39.** BRITO, Cristiano Gomes de.; SOUSA, A. R. Participação em banca de Bruna Carvalho Leão. A Exceção de Pré-Executividade no Direito

- Processual Civil Brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
40. BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; MENDONCA JUNIOR, M. J. Participação em banca de Edgard Martins Maneira Neto. A Ação Civil Pública e as Implicações do seu novo Projeto de Lei. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
41. BRITO, Cristiano Gomes de.; BORGES, A. W.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Esiomar Andrade Silva Filho. Judicialização da Política. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
42. BRITO, Cristiano Gomes de.; BORGES, A. W.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Tales Ferreira Oliveira. A Aplicação do Princípio da Boa-Fé Objetiva na Relação Processual Civil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
43. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Thiago Ribeiro Deienno. As Alterações Operadas pela 11.382/06 no Código de Processo Civil e sua Aplicabilidade no Processo de Execução Fiscal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
44. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Camilla Costa Dias. Direito do Trabalho e a Terceirização. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
45. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Anna Flávia Stecca Penna Goulart. O Poder de Direção e a Realização da Revista Íntima na Relação de Emprego. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

46. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Mariana Cunha Pacheco Carvalho. Flexibilização da Jornada de Trabalho: Banco de Horas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
47. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Camila Caixeta Pereira. Subsidiariedade do CPC no Processo do Trabalho: Inaplicabilidade da Multa do Artigo 475-J do CPC na Execução Trabalhista. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
48. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Fábio Rafael Felice Neto. *Escrow Account*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
49. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Homero de Freitas Guimarães. A Importância e a Capacidade dos Jurados numa Concepção Neoprocessualista em Face do Novo Código de Processo Penal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos.
50. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Thales José da Silva. Os Efeitos do Descumprimento das Transações Penais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos.
51. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Guilherme Guimarães Alves. Da Remuneração dos Administradores de S/A: A Publicidade x Sigilo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
52. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Welesslane Sibelson Dias. Eutanásia e Direito Penal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
53. BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Luiz Otávio Carneiro de Rezende Neto. Cumprimento da Sentença: Reflexos dos

- Princípios da Celeridade e Efetividade Processual. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 54.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Tulio Sérgio Vilela de Paula Sobrinho. A Incorporação Imobiliária no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 55.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Matheus Nunes Rodrigues. A Penhora de Percentual do Faturamento de Empresas Devedoras no Contemporâneo Processo de Execução Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 56.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Afonso José de Castro Silva. As Novas Relações Jurídicas na Sociedade Digital. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 57.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Charles Chagas Paula de Carvalho. O Processo Administrativo Disciplinar no Âmbito da Administração Militar. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 58.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; TAVARES, M. T. Participação em banca de Neemias Macedo da Silva. Julgamento Liminar da Causa em Ações Repetidas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 59.** BRITO, Cristiano Gomes de.; MENDONCA JUNIOR, M. J.; PAIVA, H. A. Participação em banca de Aline Vasconcelos Barros. Arbitragem Internacional: uma análise da legislação brasileira. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

- 60.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; FERREIRA, R. P. P. Participação em banca de Laiz Mendonça Lagares. A Exceção de Pré-executividade após a Recentes Reformas do Código de Processo Civil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 61.** BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, K. P.; FERREIRA, R. P. P. Participação em banca de Taciana Kawasaki de Araújo. A Boa-fé e o Exercício Inadmissível de Posições Jurídicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 62.** BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, K. P.; MARTINS, F. R. Participação em banca de Raquel Avelar Sant'ana. A Função Social do Contrato Como Meio de Concretização dos Direitos Fundamentais. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 63.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CUNHA, H. D. O.; AMARAL, M. N. Participação em banca de Nathaly Dias Martins. A Ação Civil *Ex Delito* e o Valor Indenizatório Fixado na Sentença Penal Condenatória. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 64.** BRITO, Cristiano Gomes de.; BARBOSA, M. L.; SANTOS, Ubiracy do Nascimento. M.. Participação em banca de Thaís Suzuki Gregghi. Trabalho Infantil Doméstico no Brasil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 65.** BRITO, Cristiano Gomes de.; NOGUEIRA, M. A.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Bruno Fonseca Gurão. A Inaplicabilidade do art. 739-A do CP às Execuções Fiscais. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 66.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Matheus Nunes Rodrigues. A Penhora do Faturamento de Empresas Devedoras no

- Contemporâneo Processo de Execução Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 67.** BRITO, Cristiano Gomes de.; TAVARES, M. T.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Ricardo Vieira Machado. A Prescrição Intercorrente no Processo de Execução Civil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 68.** BRITO, Cristiano Gomes de.; PEREIRA, W.; SILVA, A. G. Participação em banca de Poliana Bergamo Lomaz. A Propriedade e a Funcionalização dos Centros Urbanos: o Estatuto da Cidade e o Direito Constitucional à Moradia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 69.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CORDEIRO, C. J.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Juliano Rosa Prado. A Prova Pericial e o Sistema da Livre Persuasão Racional do Juiz: o exame de DNA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 70.** BRITO, Cristiano Gomes de.; TAVARES, M. T.; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Ítalo Meneghini Silva. O Princípio da Informação no Código de Defesa do Consumidor. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 71.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; PENA, T. M. G. Participação em banca de Felipe Campos Attux. Assédio Processual na Justiça do Trabalho. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 72.** BRITO, Cristiano Gomes de.; ORLANDINI, M. L. S. R.; BOYADJIAN, G. H. V. Participação em banca de Marcus Vinícius Borges Maciel. Efetividade da Execução de Alimentos e Prisão Civil.

2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 73.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Flávia Fidélis Figueiredo. A Solução de Controvérsias no Âmbito da Organização Mundial do Comércio. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 74.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Juliana Carneiro Castro. Os Conceitos de Claus-Wilhelm Canaris na Interpretação dos Direitos Sociais do Art. 7º da Constituição Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 75.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Paulo Armando Mendes. Títulos de Crédito Rural. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 76.** BRITO, Cristiano Gomes de.; ROCHA, A. P.; MELO, Luiz Carlos Figueira de. Participação em banca de Paula Aparecida Rodrigues Diniz. Responsabilidade Tributária dos Sócios das Sociedades Limitadas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 77.** BRITO, Cristiano Gomes de.; Crosara, Daniela de Melo; CHAVES, P. H. S. Participação em banca de Felipe Oliveira Monteiro. A Execução Provisória de Título Executivo Judicial sob a Ótica da Tutela Jurisdicional Efetiva e da Razoável Duração do Processo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 78.** BRITO, Cristiano Gomes de.; CHAVES, P. H. S.; TAVARES, M. T. Participação em banca de Fabrício Vicente da Silva Melo. Penhora Online: mais efetividade na execução civil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

- 79.** BRITO, Cristiano Gomes de.; MELO, Luiz Carlos Figueira de.; LOPES, W. F. Participação em banca de Charles Chagas Paula de Carvalho. O Processo Administrativo Disciplinar no Âmbito da Administração Militar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 80.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Alfredo Nunes Buzzatto. A Boa-fé Objetiva como Criadora de Deveres Anexos às Relações Contratuais. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 81.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Juliano Abdulmassih Ferreira. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 82.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Janayna Freitas Martins de Oliveira. Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 83.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Luiz Henrique Damasceno. A Responsabilidade Tributária do Empresário Individual, dos Sócios, pelas Contribuições Sociais, e dos Sócios das Pequenas e Micro-Empresas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 84.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Letícia Carneiro dos Santos. O Mandado de Injunção e sua Eficácia Jurídica Social: parâmetros de aplicação do instrumento após os julgamentos dos mandados de injunção ns. 670, 708, 712 e 721. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 85.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Vitor Barbosa. Paternidade Socioafetiva e os Aspectos Favoráveis para sua

- Regulamentação. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 86.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Diogo Freitas de Oliveira. Problemáticas das Relações Jurídicas Advindas dos Contratos Eletrônicos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 87.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de André Zapata Pena. Contrato de Compra de Imóvel com Alienação Fiduciária em Garantia x Código de Defesa do Consumidor. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 88.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Haroldo Fernandes Custódio. Pessoa Jurídica e Direito a Dano Moral. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 89.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Wellington Ferreira Tavares. A Desmaterialização da Duplicata Mercantil em Face do Dinamismo da Lei de Duplicata. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 90.** BRITO, Cristiano Gomes de.; FERREIRA, Viviane Moreira; SANTOS, Ubiracy do Nascimento. M. Participação em banca de Aline Reis Farid. A Sociedade Limitada Unipessoal. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 91.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Renata Andrade Vilela. A Aplicação do Princípio da Boa-Fé Objetiva nas Relações Contratuais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 92.** BRITO, Cristiano Gomes de.. Participação em banca de Enrico Spini Romanielo. O Controle de Atos de Concentração no Brasil: análise da Lei n. 8.884/94 e do Caso Nestlé/Garoto. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.

- 93.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Pablo Mendonça Chaer. A Constitucionalidade da Lei Municipal n. 9.148 de Uberlândia em Colisão com o Sistema Financeiro Nacional. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia.
- 94.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Vanderlei de Carvalho. A Cláusula de Exclusividade nos Contratos de Corretagem na Compra, Venda e Locação de Imóveis. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Pitágoras.
- 95.** BRITO, Cristiano Gomes de. Participação em banca de Fernanda Guarda Marques. Exportação Passo a passo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Politécnica de Uberlândia.

Segundo dados apontados pelo *Currículo Lattes*, participei de 92 bancas de monografia de graduação, sendo 76 realizadas como professor da UFU, além de 12 bancas de especialização e 17 bancas de mestrado.

A participação como orientador ou membro de banca de graduação e pós-graduação me permitiu evoluir academicamente, proporcionando relevante e extraordinário aprimoramento pessoal e profissional. Isto porque o contato direto com os discentes na pesquisa jurídica e a troca de ideias com os demais professores de banca permitia oxigenar e evoluir os pensamentos e doutrinas desenvolvidas. Além disto, aprimorei o senso crítico necessário para a evolução e a aplicação da ciência jurídica, sendo que a pesquisa realizada pelos discentes me mantinha atualizado. Ao orientar ou participar de banca como avaliador, aprimorei o senso crítico na pesquisa com a renovação de ideias, propósitos e adequações às realidades sociais vividas no país.

4 Produções Científicas

Na trajetória acadêmica, intimamente ligada à docência, tive oportunidade de elaborar, escrever e publicar livro, capítulos de livros, bem como artigos científicos em diversas revistas jurídicas, seja como frutos de pesquisa da especialização, mestrado e doutorado, seja como pesquisa acadêmica vinculada a grupos de pesquisa e ensino.

Os trabalhos foram acolhidos pela comunidade jurídica, com a citação das obras em teses, dissertações, artigos e livros, inspirando novos pesquisadores, inclusive sendo utilizados como fundamentos para a tomada de decisões do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Tribunal de Justiça do São Paulo, dentre outros tribunais.

Ao longo dos anos, os artigos tornaram-se mais específicos, sendo que busquei a interseção entre o direito privado (direito contratual ou empresarial) com a efetividade do processo, materializado no processo de execução. Desta forma, não obstante termos direito material assegurando a obrigatoriedade dos contratos, estatutos, etc., é o processo que vai dar a efetividade da medida e assegurar a efetiva entrega do bem jurídico, de forma célere. Por isso, nas relações privadas, a execução de suas obrigações, em caso de inadimplemento ou litígio, deve sempre ser analisadas sob ótica do processo civil.

Foram publicados os seguintes trabalhos acadêmicos, frutos das atividades de pesquisas desenvolvidas, em ordem cronológica:

Livros Publicados/Organizados ou Edições

1. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Sociedade Limitada & Cessão de Quotas***. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2007. v. 1. 172p. Fruto da tese de doutoramento, esta obra dedicou-se a construção teórica destinada a

analisar e interpretar a oposição à cessão das quotas na sociedade limitada, seus efeitos, extensão, formalidades e requisitos em face das lacunas encontradas no Código Civil. A argumentação desenvolvida permitiu identificar que a oposição à cessão de quotas é o meio pelo qual os sócios protegem a entrada de estranhos na sociedade, preservando-se a *affectio societatis*, exercida como um direito potestativo em que o sócio opositor tem o poder de opor, obstar, a cessão das quotas, influenciando na esfera jurídica do sócio cedente e do candidato a sócio, sem que estes possam fazer algo a que não se sujeitem. Demonstrou-se que, por ser um direito potestativo, não poderá o poder judiciário apreciar os motivos determinantes da oposição. Comprovou-se que, exercida a oposição à cessão, seus efeitos são de impedir a cessão das quotas, não invalidando o instrumento celebrado entre cedente e cessionário, não produzindo efeitos jurídicos perante a sociedade, e como não lhe acarretará nulidade, sua eficácia deverá ser aferida *inter partes*, por meio das cláusulas contratuais: ou contrato com cláusula resolutiva, desfazendo-se o negócio jurídico; ou manutenção do contrato, constituindo-se a sociedade de sociedade. O livro discorre primeiramente sobre a origem da sociedade limitada e sua constituição, bem como o exame do contrato social, do capital social e das quotas, sendo em seguida abordadas a cessão e a oposição à cessão de quotas. A obra dedica-se a analisar e interpretar a nova sistemática da cessão de quotas na sociedade limitada, seus efeitos, extensão, formalidades e requisitos, em face das lacunas encontradas no Código Civil, com incursões no direito comparado Português, Espanhol, Italiano, Argentino, Alemão e Francês.

2. BRITO, Cristiano Gomes de.; BARBOSA, M. L. (Org.). ***Temas Contemporâneos de Direito Empresarial do Trabalho***. 1ª ed. São Paulo: LTR, 2015. v. 1. 168p. A obra reuniu juristas que tratam de vários temas do Direito Empresarial do Trabalho, transmitindo seus conhecimentos de forma clara e coesa e instigando o debate acerca da

relação laboral e seus impactos na sociedade contemporânea. Colaboraram com o livro os(as) professores(as): Afonso de Paula Pinheiro Rocha, Eversio Donizete de Oliveira, Luciana Yeung, Luciano Timm, Marcel Lopes Machado, Marcelo Rosa Franco, Marco Aurélio Marsiglia Treviso, Rafael Foresti Pego, Renato de Almeida Oliveira Muçouçah, Robson Luiz de França, Rodrigo Coimbra, Rubens Valtecides Alves, Simone Silva Prudêncio, Tânia Mara Guimarães Pena e Uinie Caminha. O livro destacou que os conflitos entre empregadores e empregados dão ensejo às mais variadas discussões que, muitas vezes, chegam ao Judiciário ainda carentes de legislação específica, fazendo com que o julgador se posicione, formando o arcabouço jurisprudencial. Verificou-se, também, que os articulistas apresentam hipóteses sobre o que é efetivamente necessário para a solução de muitos temas ainda controversos na seara empresarial/trabalhista. Os resultados obtidos no trabalho conjunto foram relevantes para os estudiosos do direito, pois contribuíram sobremaneira para uma reflexão positiva acerca da qualidade nas relações laborais. Os trabalhos apresentados são frutos de estudos e pesquisas desenvolvidas na seara acadêmica de Instituições de Ensino Superior, na graduação e na pós-graduação, com o objetivo de aprofundar e ampliar as diversas questões pontuadas, sem olvidar do alto grau de complexidade e pertinência voltados para uma nova visão da relação entre trabalho e empresa.

Capítulos de livros publicados

1. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Lei de Falência e seus Reflexos na Sucessão Trabalhista***. Temas Contemporâneos de Direito Empresarial do Trabalho. 1ª ed. São Paulo: LTR, 2015, v. 1, p. 23-30. O trabalho analisou os efeitos da legislação falimentar na execução trabalhista, notadamente os aspectos da sucessão trabalhista do adquirente da

empresa falida ou em recuperação judicial, realizando a análise crítica e jurisprudencial dos arts. 60 e 141 da Lei de Falência, que impedem a sucessão trabalhista nestes casos, em especial a ADI 3.934-2/DF, julgada pelo STF. Defendeu-se, por fim, que, em face da lógica jurídica e econômica, a ausência de sucessão torna-se a medida mais adequada e viável, não sendo possível responsabilizar, solidária ou subsidiariamente, o adquirente das dívidas da empresa em recuperação judicial ou falida.

2. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Estratégias de Proteção Patrimonial nas Empresas Familiares***. In: CORDEIRO, José Cordeiro; GOMES, Josiane Araújo (Org.). *Temas Contemporâneos de Direito das Famílias*. 1ed. São Paulo: Pillares, 2013, v. 1, p. 349-370. A pesquisa demonstrou que a proteção patrimonial pode ser realizada por meio da constituição de sociedade, pois a pessoa jurídica tem existência distinta da dos seus membros, não havendo confusão entre os bens da sociedade com os bens de seus sócios. Além disso, demonstrou que o acordo de acionista e de quotista também são mecanismos de proteção, porque estabelece entre os sócios familiares da empresa as regras quanto a compra e venda de ações ou quotas, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto e o poder de controle na sociedade, bem como a constituição de cláusulas especiais como inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Por fim, demonstrou que a constituição de *holding* e *offshore company* também são mecanismos de proteção patrimonial, pois têm a finalidade usufruir benefícios tributários, cambiários e societários, operando fora dos limites territoriais nacionais.
3. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Os Efeitos da Lesão no Contrato de Compra e Venda***. In: PERES, Tatiana Bonatti (Org.). *Defeitos da Compra e Venda*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 'Lumen' Juris, 2013, v. 1, p. 37-63. O trabalho analisou o instituto da lesão nos contratos de compra e venda e seus efeitos perante as partes e a terceiros, demonstrando que a lesão consiste em vício de consentimento que ocorre nos contratos

bilaterais e comutativos, em que há grave desproporção entre as prestações, causado pela premente necessidade ou por inexperiência de uma das partes, acarretando revisão ou anulabilidade do negócio. Comprovou-se que, uma vez configurada a lesão, será necessário investigar se o lesado agiu de boa-fé, pois se agiu de má-fé, não lhe socorrerá o direito de valer-se da anulabilidade do contrato, mas tão somente da revisão contratual. Demonstrou-se também que, se o beneficiário agiu de boa-fé, desconhecendo as condições de vulnerabilidade da outra parte, o contrato não poderá ser anulado, somente revisto, e se agiu de má-fé, como conhecedor do estado psicológico inferior do lesado, não lhe aproveitará o depósito oferecido como suplemento, constituindo direito do lesado anular o contrato de compra de venda. Por fim, demonstrou-se que a lesão não é oponível a terceiro de boa-fé, que adquire o bem da parte beneficiada pela lesão.

Artigos completos publicados em periódicos

1. BRITO, Cristiano Gomes de. *Análise hermenêutica e econômica dos critérios de interpretação do STJ no processo de execução cível*. 'Scientia Iuris', Londrina, v. 28, n. 3, p. 44/63, nov. 2024. A pesquisa pesquisou e analisou hermenêutica e economicamente as interpretações realizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos processos de execução por quantia certa contra devedor solvente e a sua repercussão jurídica e econômica. Buscou-se compreender, sob a ótica da análise econômica do direito, os fundamentos de sua aplicação, por meio da abordagem dedutiva, com base em jurisprudência, bibliografia e legislação sobre o tema. Demonstrou-se que as interpretações realizadas pelo STJ são aplicadas de forma instável e imprevisível, sem critérios objetivos, lógicos e econômicos, impossibilitando assegurar aos jurisdicionados a segurança jurídica e a previsibilidade para tomada de

decisões em seus negócios. Propôs-se que os critérios de interpretação do STJ sejam aplicados para proporcionar maior segurança jurídica, estabilidade e previsibilidade das decisões, pois é a última instância recursal na interpretação de lei infraconstitucional e na pacificação da jurisprudência entre os tribunais. Por fim, demonstrou-se que o STJ deve possibilitar aos aplicadores do direito, jurisdicionados e agentes econômicos preverem a posição da Corte em casos semelhantes, estabilizando suas decisões, impedindo a incidência de jurisprudências vacilantes ou instáveis, que comprometem a segurança jurídica, prestigiando os princípios norteadores do processo de execução.

2. BRITO, Cristiano Gomes de. ***O banco de dados como ativo alienável na falência e na recuperação judicial***. Revista de Direito Privado (São Paulo), v. 25, p. 139-156, 2024. O trabalho teve por objetivo analisar a viabilidade e os efeitos da transferência do banco de dados realizada no processo de falência, como forma de alienação do ativo da empresa para o pagamento de dívidas ou para fins de recuperação judicial, em face de sua crise econômica-financeira e de sua viabilidade econômica. Demonstrou-se que o banco de dados é um ativo intangível, sendo admitida sua transferência total ou parcial, via tratamento, por compor seu estabelecimento empresarial e ser sucessível de apreciação econômica. Propôs-se o cumprimento de regras e garantias exigidas pela LGPD e pela LFRJ, em decorrência dos valores e princípios fundamentais insculpidos na Constituição Federal e na lei, visando proteger o titular dos dados, reconhecendo o caráter *sui generis* da medida, mantidas a higidez na proteção dos dados e na privacidade de seus titulares, terceiros estranhos ao processo judicial. Comprovou-se que a LGPD permite o tratamento de dados, com a transferência em processos judiciais da qual o titular controlador tenha legítimo interesse e no exercício regular de direito, amoldando-se na operação de transferência de dados da empresa falida ou em recuperação judicial para outra terceira

adquirente. Por fim, comprovou-se que a alienação do banco de dados realizada no processo de falência ou de recuperação judicial atende os preceitos definidos na LGPD, uma vez que se caracteriza a legitimidade exigida, em face do interesse do controlador e de terceiro, com o apoio e a promoção da atividade do controlador, garantindo a proteção dos dados e seu sigilo, e a utilização de medidas para transparência do tratamento de dados e minimização dos riscos.

3. BRITO, Cristiano Gomes de. ***O Direito de Voto em Separado para o Conselho Fiscal da Sociedade Anônima Fechada***. 'Scientia Iuris', v. 27, p. 112-129, 2023. O artigo analisou o direito do acionista controlador ou majoritário, com direito a voto, na sociedade anônima fechada, detentor de ações preferenciais sem direito a voto ou com restrição, de participar da eleição em separado do representante dos preferencialistas no conselho fiscal. Demonstrou-se que este direito decorre do princípio constitucional da legalidade, em que qualquer restrição a direito deve ser prevista em lei, não se admitindo a interpretação extensiva para mitigar direitos dos acionistas. Propor-se que a retirada do direito do acionista controlador ou majoritário em não poder votar na eleição em separado dos representantes dos preferencialistas, violaria flagrantemente o direito de propriedade do acionista, uma vez que impede de exercer seu pleno direito de propriedade. Demonstrou-se também que este direito do acionista é exercido em decorrência de seu poder político e de controle, natural do sistema de deliberação majoritária das sociedades anônimas, e que seu cerceamento atribuirá direito a acionista preferencialista naquilo que não foi previsto no estatuto social e na lei, sendo que o acionista sem direito a voto ou com voto restrito poderá exercer o direito de fiscalizar de outras formas prevista na legislação. Por fim, demonstrou-se que o Parecer de Orientação da CVM n. 19/90 não se aplica a sociedades anônimas de capital fechado, uma vez que a autarquia federal tem competência regulatória somente no mercado de valores mobiliários com

negociação na bolsa ou no mercado de balcão e que, por ser desprovida de força de lei, não deve restringir dos direitos à livre iniciativa, a autonomia de vontade e a liberdade de contratar dos acionistas.

4. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Incidência da Prescrição Intercorrente no Processo de Execução***. Revista de Informação Legislativa - RIL, v. 59, p. 179-200, 2022. O manuscrito analisou os efeitos da prescrição intercorrente no processo de execução, demonstrando que a prescrição intercorrente consiste na inércia do credor em praticar atos visando o recebimento do crédito acarretando extinção da execução, estendendo essa possibilidade às hipóteses de não localização do devedor ou dos indícios ou prova robusta de inexistência de bens. Propôs a aplicação nas execuções cíveis comuns associada à inexistência de bens ou à insolvência presumida do devedor, após a constatação do exaurimento de todas as medidas judiciais cabíveis, demonstrando que o termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, sendo suficiente a constatação destes fatos para inaugurar o prazo *ex lege*. Comprovou-se, ainda, a não incidência do ônus sucumbencial às partes, nas hipóteses de reconhecimento da prescrição intercorrente, e que, nas hipóteses de solidariedade passiva, a interrupção da prescrição realizada em desfavor de um devedor solidário alcança aos demais.
5. BRITO, Cristiano Gomes de.; SILVEIRA, M. M. ***A Resolução do Contrato Social por Inadimplemento nos Contratos Coligados e o Afastamento das Regras de Dissolução da Sociedade Limitada nos Negócios Imobiliários de Loteamento***. 'Scientia Iuris', v. 25, p. 109-124, 2021. O trabalho analisou a coligação contratual entre tipos jurídicos contratuais e o contrato social que constitui sociedade limitada, assim como sua resolução pelo inadimplemento em contrato a ele coligado, afastando as regras de dissolução e liquidação de sociedade no negócio

imobiliário de loteamento. Propôs a aplicação da resolução da sociedade pelo inadimplemento do sócio em contrato coligado, com o afastamento das regras societárias de dissolução e liquidação, privilegiando as disposições contratuais firmadas entre as partes.

6. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Novas Perspectivas da Fraude à Execução nos Processos Civil, Trabalhista e Tributário***. Revista de Processo, v. 277, p. 277-280, 2018. A pesquisa visou analisar os conceitos e as características da fraude à execução, na seara da execução civil, trabalhista e tributária, demonstrando seus aspectos divergentes e convergentes, bem como suas aplicações práticas. Propôs-se a releitura sobre os contornos e o reconhecimento da fraude à execução, passando a utilizar interpretação sistemática, ao exigir do adquirente dever de conduta proativo, em que lhe é exigido diligenciar sobre em que condições econômicas se encontra o alienante ao tempo da realização do negócio. Demonstrou-se que o CPC expressamente retirou o elemento subjetivo para o reconhecimento da fraude à execução, atribuindo ao terceiro a comprovação de que a aquisição não se deu em conluio com o devedor. Na execução trabalhista, demonstrou-se que o reconhecimento ocorrerá a partir do ajuizamento da reclamatória, em face do privilégio do crédito, pois ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência. Por fim, que em decorrência do crédito privilegiado, haverá presunção absoluta de fraude na alienação ou na oneração de bens realizada após o crédito tributário ser regularmente inscrito em dívida ativa.
7. BRITO, Cristiano Gomes de.; CAMPOS, S. C. ***Efeitos da Onerosidade Excessiva Decorrente da Hipossuficiência Financeira Superveniente na Arbitragem***. Revista de Direito Privado (São Paulo), v. 88, p. 139-161, 2018. O trabalho analisou os efeitos da hipossuficiência financeira superveniente na arbitragem, demonstrando a incidência dos princípios da boa-fé, da onerosidade excessiva e da teoria da imprevisão

com o escopo de promover o reequilíbrio das cláusulas financeiras do compromisso arbitral. Demonstrou-se que se a onerosidade ocorrer antes da instauração da arbitragem, a parte deverá requerer a instauração do procedimento, informando, preliminarmente, ao tribunal e à parte adversa que se encontra impossibilitada de arcar com as custas de instalação e de manutenção do procedimento, competindo ao tribunal apreciar o pedido e promover a conciliação, com escopo de alcançar o reequilíbrio das cláusulas do compromisso arbitral, redistribuindo o ônus financeiro. Não ocorrendo acordo, torna-se inviável a instauração da arbitragem, presumindo a renúncia das partes, legitimando a propositura da demanda no Poder Judiciário e assegurando o acesso à Justiça. Demonstrou-se que se a onerosidade for posterior à instauração do juízo arbitral, a parte deve informar ao tribunal e à parte adversa, dando-lhes ciência e oportunidade de promover conciliação. Não havendo acordo ou não sendo viável, o juízo arbitral deve extinguir o procedimento, sem julgamento de mérito, facultando a qualquer das partes recorrer à tutela jurisdicional para o julgamento da causa, aproveitando-se os atos processuais já praticados.

8. BRITO, Cristiano Gomes de. *Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica e da Penhora de Faturamento de Empresa: Comentários ao REsp. 1.545.817/SP da 4ª Turma do STJ*. Revista dos Tribunais (São Paulo), v. 979, p. 455-461, 2017. O trabalho apresentou uma análise crítica à decisão do STJ referente a penhora de faturamento, abordando seus conceitos e requisitos em face da previsão no CPC. Defende-se a ideia de que a penhora de faturamento seja efetivamente realizada de acordo com os preceitos legais, notadamente a nomeação de administrador para aferir o percentual efetivamente possível de ser realizado, sem comprometer a viabilidade econômica da empresa, e que este instituto processual seja

utilizado de forma a convergir os interesses dos credores particulares com a preservação da empresa devedora.

9. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Sentença da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Limitada Fundada em Direito de Recesso.*** Revista de Direito Empresarial, v. 12, p. 77-98, 2015. O artigo descreveu e analisou as características e efeitos da sentença de dissolução parcial de sociedade limitada, lastreada no pedido de dissolução parcial por quebra da *affectio societatis*, sob a ótica do novo Código de Processo Civil. Demonstrou-se que a apuração dos haveres do sócio retirante deve ser fixada na data de sua manifestação de vontade, tendo a sentença que acolhe o pedido efeitos *ex tunc*, pois apenas declarará a dissolução parcial da sociedade.
10. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Complexa Penhora, Avaliação e Expropriação de Marca.*** Revista de Processo, v. 216, p. 71-91, 2013. O trabalho analisou os mecanismos de realização da penhora, avaliação e expropriação da marca, defendendo-se a ideia de que a penhora deve ser executada como uma medida excepcional, nas hipóteses de inexistência de outros bens passíveis de penhora e não impedir a continuidade das atividades da devedora. Demonstrou que a avaliação deve ser realizada por perito que detenha conhecimento técnico para proceder a avaliação, tendo como base a notoriedade, a presença da marca perante os consumidores, a personalidade e a sua participação no mercado. Por fim, demonstrou que poderá ser expropriada pela adjudicação e a alienação por iniciativa particular, como meio mais eficiente e menos oneroso, bem como a hasta pública, estando sujeita ao usufruto quando o credor objetivar o pagamento por meio dos rendimentos que a marca propiciar.
11. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Distinção entre Penhoras de Faturamento e de Estabelecimento e o Usufruto de Empresa.*** Revista de Processo, v. 204, p. 369-392, 2012. O trabalho analisou as alterações introduzidas pela Lei 11.382/06 no CPC, quanto às penhoras

de faturamento e de estabelecimento, bem como o usufruto de empresa. Comprovou que a penhora de faturamento deve ser realizada quando o credor objetivar penhorar as receitas da empresa devedora, com a nomeação de depositário, e que a penhora de estabelecimento será realizada quando o exequente visar a constrição judicial total ou parcial do conjunto de bens que o empresário possui para o exercício da atividade empresarial. Por fim, demonstrou que o usufruto de empresa dar-se-á quando o credor objetivar o pagamento da execução por meio dos lucros que a empresa obtiver, isto é, apropriação de seus frutos e rendimentos, impedindo a distribuição de lucros aos sócios ou acionistas, também com a nomeação de administrador.

12. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Aspectos Controvertidos da Cédula de Produto Rural***. Revista Direito Empresarial (Curitiba), v. 2, p. 113-137, 2011. A pesquisa objetivou analisar a Cédula de Produto Rural, seus aspectos controvertidos – sua utilização como garantia, a variação e a fixação futura do preço, o pagamento posterior do título e os efeitos do endosso –, bem como a aplicação da teoria da imprevisão e da legislação consumerista. Demonstrou que CPR é um título representativo de uma obrigação com promessa de entrega de produtos rurais, tendo como finalidade a antecipação ou garantia de receitas, proporcionando ao agricultor meios legais de alienar suas futuras produções, e que a emissão de CPR com fechamento futuro do preço, em data a ser escolhida pelo produtor rural, é válida, e permite ao produtor rural planejar sua safra, protegendo-se contra oscilações excessivas de preço. Por fim, demonstrou que não é admitida a onerosidade excessiva porque chuvas e pragas são circunstâncias previsíveis na agricultura, que o produtor deve levar em consideração quando contrata a venda para entrega futura com preço certo.

13. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Penhora de Quotas da Sociedade Limitada***. Revista de Processo, v. 171, p. 49-65, 2009. O trabalho

analisou as alterações introduzidas pela Lei 11.382/06 no CPC quanto à penhora de quotas de sociedade limitada. Demonstrou-se que o CPC deve ser interpretado em harmonia com o art. 1.026 do CC, afastando a incidência da penhora das quotas como previsto no CPC, devendo a execução recair sobre os lucros que o devedor tiver na sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação, em face do *intuitu personae* da sociedade.

14. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Admissibilidade da Ação Rescisória***. Revista Jurídica UNIJUS, v. 12, p. 133-148, 2009. O artigo tratou de relevantes aspectos da ação rescisória, bem como seus requisitos e admissibilidade, realizando uma abordagem crítica à legislação, doutrina e jurisprudência. Foi discorrido que seu escopo é julgar validamente a matéria constante na decisão rescindenda, que deverá ser utilizada em suas hipóteses restritas, pois não permite a interpretação extensiva.
15. BRITO, Cristiano Gomes de. ***O Direito de Regresso no Contrato de Factoring***. Estudos (Goiânia), v. 35, p. 527-550, 2008. O trabalho teve como escopo analisar, por meio da doutrina e jurisprudência, o contrato de *factoring* e o direito de regresso entre faturizador e faturizado. Demonstrou-se que no contrato de *factoring*, operada a transferência definitiva do crédito, exonera-se o faturizado de responder pela satisfação da dívida, pois é da essência deste tipo de contrato a assunção do faturizador dos riscos da impontualidade e da insolvência do sacado.
16. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Ação Cautelar de Afastamento de Administrador de Sociedade Limitada***. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 150, p. 131-143, 2008. O artigo buscou analisar o afastamento cautelar do administrador da sociedade limitada, por meio da análise da lei, doutrina e jurisprudência, apresentando seus requisitos e efeitos, bem como as condições para o ajuizamento da ação cautelar, expondo uma análise crítica sobre sua hipótese. Discorreu-se sobre o afastamento cautelar do administrador, bem como sobre seus requisitos, abordando ainda a cumulação de

pedidos cautelares, como a exibição e busca e apreensão dos livros contábeis e o arrolamento de bens.

17. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Vinculação Cambiária***. Revista de Direito Empresarial (Curitiba), v. 8, p. 189-209, 2007. O trabalho analisou a vinculação dos títulos de créditos em contratos, tanto na doutrina como na jurisprudência, demonstrado que o título estará vinculado ao contrato, o que lhe retirará o princípio da abstração, mesmo que posto em circulação, podendo ser alegadas a terceiros as exceções pessoais do devedor. Defendeu-se, assim, que o emitente ou endossante do título de crédito poderá vinculá-lo ao contrato, o que retirará do título sua abstração e independência, mantendo-o vinculado, preso ao contrato, sem, com isso, retirar-lhe as características de título de crédito, como literalidade, cartularidade e exigibilidade, podendo opor a terceiros as exceções decorrentes do contrato ao qual se vinculou o título.
18. BRITO, Cristiano Gomes de. ***O Regresso no Contrato de Fomento Mercantil***. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 148, p. 45-58, 2007. O estudo buscou demonstrar que o faturizador, pela história, característica e natureza do contrato de *factoring*, não tem direito de regresso contra o faturizado, desde que exista o crédito quando da sua transferência, exceto nos casos de vícios na sua origem e formação.
19. BRITO, Cristiano Gomes de. ***'Affectio Societatis' - Sociedade Anônima Fechada***. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 147, p. 265-272, 2007. Este artigo analisou criticamente o entendimento do STJ que admitiu a dissolução parcial de sociedade anônima nos EREsp n. 419174/SP e n. 111.294/PR, em que se adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da *affectio societatis*.
20. BRITO, Cristiano Gomes de. ***A Multa Cominatória no Processo Civil***. 'Mens Juris' (Uberlândia), v. 3, p. 381-399, 2006. O trabalho, fruto

da monografia de conclusão da Especialização em Processo Civil, abordou os aspectos relevantes da multa cominatória no CPC, abordando seus requisitos de admissibilidade, desenvolvendo o tema no aspecto de sua execução. Isto é, pretendeu-se discutir em que momento seria admitida a execução da multa cominatória, fixada em decorrência do não cumprimento de decisão que fixa a obrigação de fazer e não fazer, defendendo-se sua executoriedade após o trânsito em julgado da decisão.

21. BRITO, Cristiano Gomes de. ***O Processo de Solução de Controvérsias na OMC***. 'Mens Juris' (Uberlândia), v. 1, p. 157-174, 2004. O trabalho visou analisar o mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua evolução, apontando críticas e sugestões, bem como relatou e abordou a controvérsia entre o Brasil e o Canadá referente aos subsídios dados pelos governos a empresas na exportação de aeronaves regionais.
22. BRITO, Cristiano Gomes de. ***O Regime de Administração Especial Temporária RAET***. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 133, p. 153-157, 2004. O artigo analisou criticamente o Regime de Administração Especial Temporário (RAET), bem como ponderou sobre a intervenção do Banco Central nas instituições financeiras, propondo sugestões para alteração da legislação. Abordou-se o conceito e a caracterização das instituições financeiras, bem como os processos de intervenção, liquidação e o RAET e a incidência da Lei da Falência. Abordou-se o conceito do RAET, suas hipóteses de aplicação e, ainda, o destino da administração financeira, sua cessação e, por fim, a responsabilidade dos administradores.
23. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Análise Econômica do Factoring no Âmbito das Pequenas e Médias Empresas***. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 124, p. 174-182, 2001. O objetivo do artigo foi analisar o *factoring* como instrumento de desenvolvimento econômico das pequenas e médias empresas na

captação de recursos, bem como avaliar suas desvantagens, marcadas pelos riscos e altos custos. Abordou-se a política econômica nacional, a relevância e importância das pequenas e médias empresas, bem como os efeitos econômicos do *factoring*, em seus aspectos positivos e negativos.

24. BRITO, Cristiano Gomes de. ***Dissolução Parcial de Sociedade Anônima***. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 123, p. 147-159, 2001; BRITO, Cristiano Gomes de. ***Dissolução Parcial de Sociedade Anônima***. Revista de Direito Privado (São Paulo), v. 7, p. 18-33, 2001; BRITO, Cristiano Gomes de. ***Dissolução Parcial de Sociedade Anônima***. Revista da Faculdade de Direito Milton Campos, v. 09, p. 51-57, 2002. Este artigo abordou a dissolução parcial de sociedade anônima, defendendo a tese de sua inaplicabilidade nas companhias de capital fechado. Demonstrou-se que o instituto não poderá ser utilizado nas sociedades anônimas, haja vista que violará disposição literal de lei, inexistente *affectio societatis* entre os acionistas, criará nova modalidade de direito de recesso, possibilitará a exclusão de acionista, bem como causará instabilidade nas relações de poder nas companhias. Ademais, tais circunstâncias não ensejariam pedido de dissolução da sociedade, previsto estritamente no artigo 206 da LSA. Defendeu-se que a dissolução parcial poderá ser aplicada excepcionalmente nos casos de a sociedade não puder alcançar seu fim. Pois a LSA prevê expressamente a dissolução da companhia mas, pela preservação da empresa, deve-se importar o instituto das limitadas para as sociedades anônimas, sendo que, se a sociedade anônima não puder preencher seu fim (ausência ou não distribuição de lucro), aplicar-se-á a dissolução parcial, não necessitando estar conjugado com outros fatores, v.g.: capital fechado; iliquidez das ações; ausência de *affectio societatis*.¹

¹ Importante destacar que o artigo “Dissolução Parcial de Sociedade Anônima” foi publicado em três diferentes revistas. Isto ocorreu curiosamente por alguns motivos. O artigo foi enviado, àquela época, pelo correio, para aceite e publicação, primeiramente, para a Revista dos Tribunais. A Revista aceitou e publicou o artigo. Porém, não me informou sobre isso. Como não sabia que tinha sido publicado, e diante da “demora” em me informarem, acabei enviando para a Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, que

5 Organização e Participação em Eventos Acadêmicos

Na organização e participação em eventos estive em atividades acadêmicas de extensão, como organizador do encontro “Desmistificando a OAB”, realizado no dia 04/03/2024, bem como do “Simpósio de Modelo de Negócios: Fintech”, realizados nos dias 15 e 16 de maio de 2023, na UFU.

Com o advento do novo CPC, em 2015, organizei o “Seminário sobre o Novo Código de Processo Civil e a Efetividade do Processo - O Novo CPC na Visão dos Professores de Direito da UFU”, no ano de 2015. O evento buscou fazer uma análise crítica do novo CPC, com a visão dos professores da FADIR, sobre as primeiras impressões do novo ordenamento jurídico.

O Novo Código de Processo Civil e a Efetividade do Processo - O Novo CPC na Visão dos Professores de Direito da UFU



Da esquerda para Direita, os professores Jean Carlos Barcelos Martins, Cristiano Gomes de Brito, Tiago Paluma e Alexandre Walmott Borges (Arquivo pessoal).



Da esquerda para Direita, os professores Gustavo Henrique Velasco Boyadjian, Cristiano Gomes de Brito e Lincoln Rodrigues de Faria (Arquivo pessoal).

Ministrei palestra “Execução Contratual”, no dia 06/03/2024, como parte das atividades do Encontro do Grupo de Estudos de Direito Civil (GECIV), promovido pela FADIR da UFU, realizado no período de 30/01/2024 a 17/04/2024.

aceitou e aprovou trabalho, publicando posteriormente. Por fim, o artigo foi publicado na Revista de Direito da Faculdade Milton Campos porque o professor Willie Duarte Costa, à época Diretor da Faculdade Milton Campos, me solicitou gentilmente autorização para publicá-lo naquela revista, sendo prontamente autorizado.

Particpei ainda como palestrante na 7ª edição do Congresso de Direito Processual de Uberaba, com o tema “Penhoras Empresariais”, realizado na cidade de Uberaba no ano de 2013.

Palestrei também na cidade de Araxá/MG, em 03 de outubro de 2019, com o tema “Empresas Familiares”, durante a XVI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Centro Universitário de Araxá.

Em 2017, na XXIV Jornada Jurídica, em evento organizado pelo Diretório Acadêmico, com a temática “O Dinamismo Legal e as Vulnerabilidades: Desafios e Perspectivas”, proferi a palestra com o tema “A Vulnerabilidade das Startups no Brasil Frente à Lentidão Legislativa”, na Faculdade de Direito em Uberlândia/MG.



A participação como palestrante ou como organizador de evento permitiu a ampliação das relações pessoais, bem como a divulgação de trabalhos científicos, sujeitando-os a críticas acadêmicas, o que contribui sobremaneira para o aprimoramento pessoal e profissional.

6 Atuação como Parecerista

Desde meu ingresso junto à FADIR/UFU, tive a oportunidade de participar como parecerista de diversas revistas acadêmicas, avaliando artigos apresentados por meio da modalidade “revisão por pares duplo-cego”. Estas atividades foram relevantes para meu desenvolvimento e aprimoramento pessoal e profissional, pois permitiu avaliar relevantes artigos de pesquisadores, contribuindo com sugestões, críticas e reflexões para a qualidade final do artigo, bem como aprofundou o conhecimento científico na minha área de pesquisa e formação.

Participei como membro de corpo editorial, entre 2014 a 2017, da Revista de Direito Empresarial, e de 2012 até os dias atuais da Revista do Direito Público (Londrina).

Participei ainda como revisor de periódico, desde 2018 até os dias atuais, da *Revista Scientia Iuris*, e de 2015 até os dias atuais da *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal – RIL*.

Quanto ao volume de artigos avaliados, registre-se que, nos últimos 8 anos, foram mais de 48 artigos, sendo 5 entre 2017/2018, 9 entre 2019/2020, 15 entre 2021/2022 e 19 entre 2023/2024. As publicações foram realizadas nos seguintes periódicos: Revista de Informação Legislativa do Senado – RIL (ISSN 2596-0466); Revista *Scientia Iuris* (ISSN- 2178-8189); Revista de Direito Público (ISSN 1980-511X); Revista de Direito Administrativo (ISSN 0034-8007); Revista de Direito Universidade Federal de Viçosa (ISSN 2527-0389); Revista de Direito Empresarial (ISSN digital: 2238-667X); dentre outros.

7 Aspectos Sociais e Disciplinares

Como servidor público federal, exercendo o magistério de nível superior desde janeiro de 2009, sempre exerci minhas funções pautado na ética, probidade, respeito, integridade e honra.

Diante da universalidade de indivíduos e pensamentos, pautei minha conduta no respeito às pessoas, nas mais diversas formas de pensamentos e ideologias com os discentes, colegas de trabalho e autoridades superiores, sem qualquer discriminação ou preconceitos de origem, raça, sexo, cor ou idade, exigindo-se a reciprocidade no tratamento pessoal e profissional.

Assim, na UFU, em especial na FADIR, construí permanentes vínculos de amizade e respeito com diversas pessoas, agindo de forma assertiva e propiciando um ambiente sadio e respeitoso de trabalho.

Diante desse contexto, não respondi a nenhuma reclamação, queixa ou representação disciplinar, não participando de nenhuma sindicância ou processo disciplinar administrativo, assim como não representei nenhuma pessoa por violação ou desavenças pessoais.

Como reconhecimento do trabalho desenvolvido em sala de aula, no ano de 2011 fui escolhido Patrono da 59ª Turma de Direito da UFU e, no ano de 2016, tive o privilégio ter sido escolhido como nome de turma da 64ª Turma de Direito. Estas duas homenagens traduzem aquilo que sempre busquei como professor: transferir o conhecimento, inspirar os discentes na busca do conhecimento e motivá-los a alcançarem seus objetivos pessoais e profissionais.



Na colação de grau da 64ª Turma de Direito da UFU, em 31 de maio de 2017. Da esquerda para a direita, os professores homenageados Ricardo Rocha Viola, Luiz Carlos Figueira de Melo, Cristiano Gomes de Brito e Simone Prudêncio.

Por fim, não obstante a seriedade, dedicação e profissionalismo no ensino, pesquisa e extensão, houve inúmeros momentos de descontração com professores e alunos. Com estes tive a oportunidade de participar diversas vezes

das Copa Fadir de futsal, momento de integração e socialização com os discentes.



Momento de descontração na sala dos professores, com os docentes Beatriz Camargo, Ricardo Padovi, Edihermes Coelho, Marcela Guimarães e Simone Prudêncio, em 27/11/2018.



Participação na equipe de futsal, juntamente com discentes, em 09/06/2018.

8 Nota Conclusivas

Transcorridos 16 anos desde meu ingresso na UFU, junto à tradicional Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, penso que esta nota conclusiva precisa ser vislumbrada sob dois aspectos.

O primeiro refere-se a quanto a Universidade me fez e me tornou um ser humano melhor a cada dia, em que o convívio diário com discentes, docentes, técnicos e autoridades me permitiu um extraordinário aprimoramento pessoal e profissional. O resultado é o crescimento e o engrandecimento de um ser humano que aprende com os erros, aconselha-se com os mais experientes, ouve conselhos e críticas, busca a assertividade e a constante evolução, e que se mantém firme em seus propósitos e valores indelévels e inegociáveis, cultivados desde a infância.

A permanência como docente, pesquisador e extensionista, em uma Instituição de Ensino Superior do nível da Universidade Federal de Uberlândia, vinculado à tradicional e reconhecida Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis, elevou e potencializou minha formação profissional, alicerçada no aprimoramento do senso crítico e evolução do conhecimento jurídico.

O segundo ponto refere-se ao meu legado junto à Universidade e ao mundo jurídico, isto é, minhas contribuições perante a comunidade acadêmica como professor e pesquisador. Nas inúmeras turmas de graduação, especialização e mestrado, nos inúmeros discentes, nos artigos publicados, decorrentes de pesquisas, nas bancas de avaliação e orientações, acredito e espero, humilde e serenamente, que o meu trabalho, semeado anos atrás, esteja produzindo frutos. Espero que essa jornada tenha transmitido o conhecimento, a paixão pelo Direito e as experiências de vida, e que tenha estimulado e motivado os discentes a buscarem e a lutarem por seus valores, ideais e objetivos, e ter contribuído efetivamente com a Ciência Jurídica.

Com a apresentação do presente Memorial Descritivo, encerra-se uma fase relevante na minha carreira acadêmica. Porém, não é o fim. Há uma longa jornada ainda a ser trilhada, a ser cumprida com o mesmo entusiasmo, dedicação e lealdade à Universidade Federal de Uberlândia, aos colegas de trabalho e aos discentes, fase esta que será marcada pelos desafios das novas tecnologias e da inteligência artificial.